

PB

PROBLEMAS BRASILEIROS

SÃO PAULO
FEV/MAR 2018

#444

ELEIÇÕES 2018:
A CORRIDA PELO VOTO

VIOLÊNCIA AMEDRONTA
ESCOLAS NO RIO

ENTREVISTA

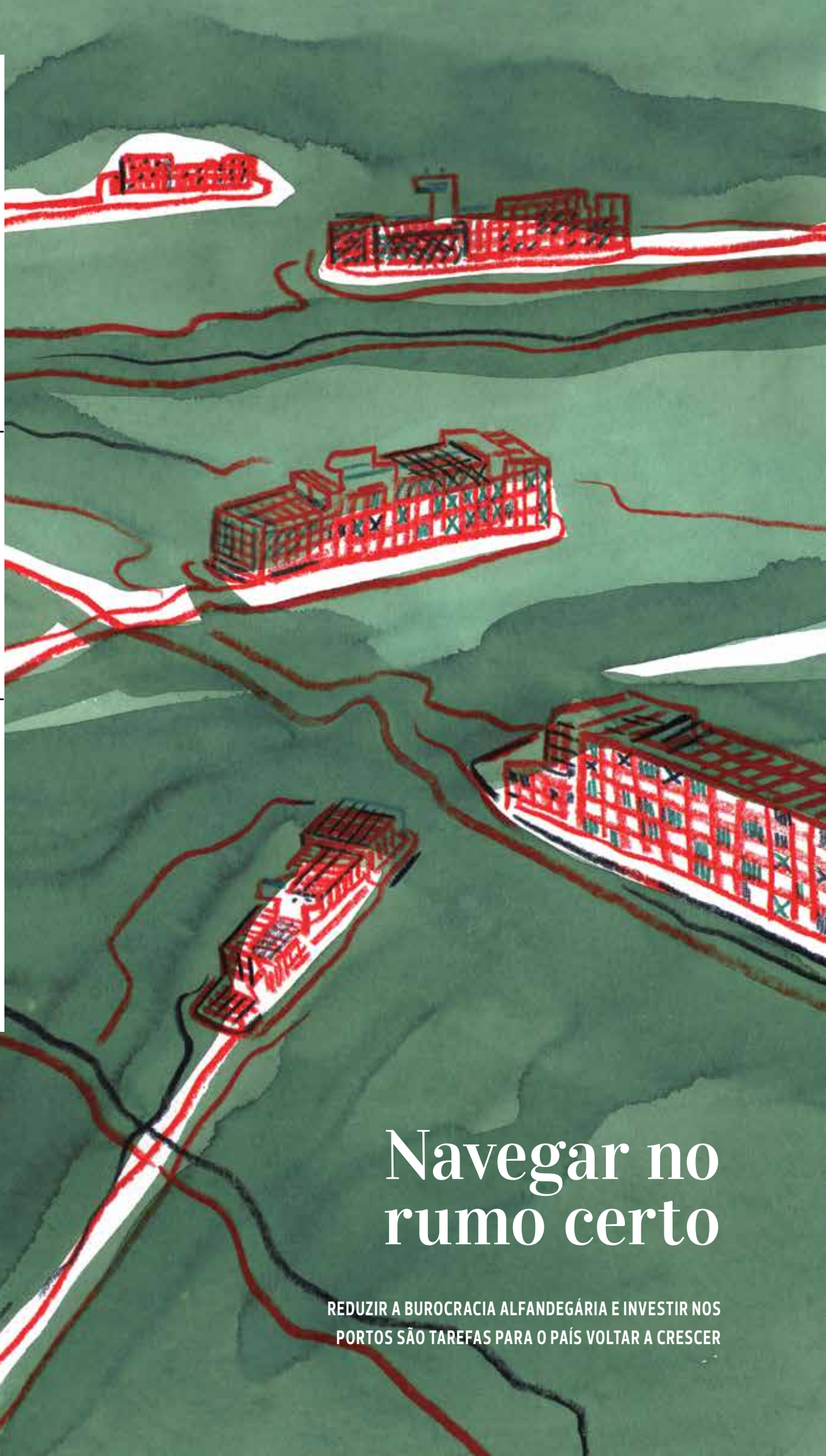
Lawrence Reed

"O Estado é formado por pessoas que, como todo mundo, estão perseguindo seus próprios interesses."

BRASIL QUE FAZ

Nação de não leitores

Como podemos mudar essa história?



Navegar no rumo certo

REDUZIR A BUROCRACIA ALFANDEGÁRIA E INVESTIR NOS PORTOS SÃO TAREFAS PARA O PAÍS VOLTAR A CRESCER

R\$16,90



00444
426016
9 770101

Água, luz e plano de saúde de qualidade: não dá para ficar sem.

Você sabe, ter plano de saúde nos dias de hoje

é item de primeira necessidade: **não dá para ficar sem.**

Por isso, a **Qualicorp** e a **FECOMERCIO-SP** oferecem excelentes opções em condições imperdíveis para você, empregador do comércio.

Planos a partir de

R\$ 218¹



Rede médica
de qualidade²



Livre escolha
com reembolso²



Assistência
viagem²



Carências
reduzidas²



Não fique sem plano de saúde. Ligue agora.

0800 799 3003

www.qualicorp.com.br/anuncio



¹R\$ 217,35 - Exato Adesão Trad. 16 F AHO QC COP (registro na ANS nº 476.942/16-2), da SulAmérica Saúde, faixa etária até 18 anos, com coparticipação e acomodação coletiva (tabela de julho/2017 - SP). ²A disponibilidade e as características do benefício especial podem variar conforme a operadora de saúde escolhida e as condições contratuais do plano adquirido. Planos de saúde coletivos por adesão, conforme as regras da ANS. Informações resumidas. A comercialização dos planos respeita a área de abrangência das respectivas operadoras de saúde. Os preços e as redes estão sujeitos a alterações, por parte das respectivas operadoras de saúde, respeitadas as disposições contratuais e legais (Lei nº 9.656/98). Condições contratuais disponíveis para análise. Janeiro/2018.

FECOMERCIO^{SP}

PRESIDENTE **Abram Szajman**

SUPERINTENDENTE **Antonio Carlos Borges**

Todos os direitos patrimoniais relativos ao conteúdo desta obra são de propriedade exclusiva da FecomercioSP, nos termos da Lei n.º 9.610/98 e demais disposições legais aplicáveis à espécie. A reprodução total ou parcial é proibida sem autorização.

TUTU

www.agenciaturu.com.br

REDAÇÃO

Rua Santa Cruz, 722, 5º andar
CEP 04122-000
São Paulo/SP | (11) 3170-1571

PUBLICAÇÕES

DIRETOR DE CONTEÚDO **André Rocha**

GERENTE DE CONTEÚDO **Fernando Sacco**

EDITOR E JORNALISTA RESPONSÁVEL
Lucas Mota MTB 46.597/SP

EDITORA-ASSISTENTE **Iracy Paulina**

REPÓRTER **Filipe Lopes**

FOTOS **Christian Parente e Folha Press**

ESTAGIÁRIOS **Priscila Oliveira e Diogo Quinto**

REVISÃO **Flávia Marques**

DIRETORES DE ARTE **Clara Voegeli e Demian Russo**

EDITORA DE ARTE **Carolina Lusser**

DESIGNERS **Lais Brevilheri, Paula Seco, Cíntia Funchal e Rafael de Azevedo**

ASSISTENTES DE ARTE **Tiago Araujo e Pedro Silvério**

COLABORAM NESTA EDIÇÃO

Aline Oliveira, Christian Parente, Fabiola Perez, Herbert Carvalho, Luiz Carlos Fernandes, Iracy Paulina, Jean Galvão, Paulo Delgado, Pedro Henrique de Cristo, Rachel Cardoso, Rodrigo Caetano, Roseane Santos, Sílvia Kochen e Thais Herédia

CAPA **Andrés Sandoval**

FALE COM A GENTE publicacoes@fecomercio.com.br

IMPRESSÃO **Pigma**

PUBLICIDADE **Lemidia** | Tel.: (11) 3078.5840
atendimento@lemidia.com

DISTRIBUIÇÃO EM BANCAS E REDES DE LIVRARIAS

Total Publicações (Grupo Abril)

Edicase Gestão de Negócios

Senac | Sesc | F&CSP
AQUI TEM A FORÇA DO COMÉRCIO



PB | #444

Participar plenamente da cadeia global do comércio exige do Brasil esforços para vencer antigas barreiras logísticas. Superar esse retrocesso vai ampliar a possibilidade de inserção de milhares de empresas penalizadas pela burocracia estatal.

6º PRÊMIO FECOMERCIO DE SUSTENTABILIDADE

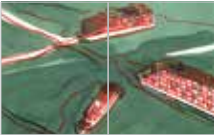





NA BUSCA DE NOSSOS OBJETIVOS, SUPERAMOS EXPECTATIVAS.

No **6º Prêmio Fecomercio de Sustentabilidade** procuramos ideias inovadoras e inéditas alinhadas à prática dos **17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU)**.

No fim de 2017, fechamos as inscrições e os resultados foram surpreendentes. Tivemos **584 projetos no total**, divididos nas categorias Empresa, Entidade Empresarial, Indústria, Órgão Público, Academia e Jornalismo. É um número relevante que supera todas as nossas expectativas, pois mostra a seriedade e o comprometimento de muitas pessoas dos mais diversos setores com a busca de um mundo melhor.

SUSTENTABILIDADE
Conselho FecomercioSP

FECOMERCIO^{SP}
REPRESENTA MUITO PARA VOCÊ

		8	Capa POR QUE DEVEMOS MODERNIZAR OS PORTOS?	
14	Política		COMEÇA A DISPUTA PELA ATENÇÃO DO ELEITOR	
		20	Entrevista LAWRENCE REED: DEFENSOR DO LIVRE-MERCADO	
26	Atualidade		FAMÍLIAS FORTALECIDAS GARANTEM MAIS PRODUTIVIDADE	
		32	Charge ELEIÇÕES 2018 POR JEAN GALVÃO	
		36	Estados Brasileiros PERFIL SOCIOECONÔMICO DE GOIÁS	
42	Artigo		POR PEDRO HENRIQUE DE CRISTO	
		44	Brasil que faz AÇÕES INCENTIVAM O HÁBITO DA LEITURA	
		50	Educação VIOLÊNCIA NA ROTINA DA SALA DE AULA	
54	Sociedade		DESPERDÍCIO DE ALIMENTOS NA CONTRAMÃO DA FOME	
		58	Artigo POR PAULO DELGADO	
		59	biblioteca HELOISA ESPADA	
		60	Cultura MANUEL BANDEIRA E OS POETAS MODERNISTAS	
		66	Grande Angular INEFICIÊNCIA DO ESTADO EM IMAGEM	

BÚSSOLA PARA O DESENVOLVIMENTO

Todo navio que entra ou sai de um porto brasileiro carrega, além do peso dos contêineres, a carga da burocracia alfandegária. Por essa razão, a presença mais intensa do Brasil na economia internacional depende, entre outros fatores macroeconômicos, de uma agenda de modernização dos portos.

O sucateamento dos terminais e a falta de integração nas várias etapas dos processos de importação e exportação reprimem o comércio exterior brasileiro, fazendo o País perder tempo e participação no mercado externo. Principal canal para o escoamento de mercadorias para o mundo, os portos carecem de investimentos e se tornaram mais um dos impeditivos para que o Brasil cresça e se desenvolva em linha com seu potencial. Por isso, o Estado deve se concentrar em garantir que o capital privado possa ser investido com segurança jurídica na infraestrutura portuária.

Nesse contexto, **Problemas Brasileiros** traz um panorama do setor portuário no Brasil, apontando seus gargalos e avanços. Em médio e longo prazos, com portos mais bem equipados e uma política tributária favorável à abertura econômica, não devemos nos contentar com uma pauta exportadora baseada em produtos primários. O desafio será o de inserir pequenas e médias empresas no cenário global. Conectadas ao mundo, elas poderão exportar seus produtos, além de importar tecnologia e se tornarem mais competitivas.

Confira também o entrevistado deste número, o economista americano Lawrence Reed, conhecido mundialmente pela defesa do livre-mercado. Ele fala sobre a desigualdade ocasionada pelo inchaço estatal e opina que o Brasil deve aproveitar o momento de mudança de paradigmas na política para revisar sua relação entre Estado e economia. O especialista participou do I Fórum de Liberdade Econômica, promovido pelo Centro de Liberdade Econômica do Mackenzie em parceria com a plataforma UM BRASIL, apoiada pela FecomercioSP.

Também são assuntos abordados neste número a disputa por visibilidade dos presidentiáveis para as eleições, o árduo ofício de lecionar em áreas violentas no Rio de Janeiro e as iniciativas que combatem o desperdício de alimentos, além de outras reportagens sobre cultura, história e transformações da sociedade.

ABRAM SZAJMAN,

presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), entidade gestora do Sesc-SP e do Senac-SP



NAVEGAR É PRECISO

Investir em infraestrutura e melhorar o clima para os negócios são dois passos essenciais para que o Brasil possa navegar em águas tranquilas. A rota é a mesma quando se pensa em turbinar o comércio internacional e, conseqüentemente, lançar mão de uma balança comercial favorável como estratégia de crescimento econômico. Mas, no meio do caminho, há uma atividade que segue vulnerável: a logística portuária.

texto RACHEL CARDOSO | ilustração ANDRÉS SANDOVAL

N

“Nossos portos operam com 30 anos de atraso em relação ao cenário mundial. Eis um fator que tira a competitividade dos produtos brasileiros”, opina o professor de Macroeconomia do Insper Otto Nogami. Como forma de compensar esse desequilíbrio, o Banco Central precisa intervir no mercado de câmbio para ajudar os exportadores brasileiros. “É uma maneira de tentar tapar o buraco da deficiência portuária.”

Boa parte da burocracia que afeta o desempenho portuário é decorrente de uma política setorial que envolve decisões de uma infinidade de instituições públicas e privadas, interferindo na dinâmica da gestão. “A produtividade depende também da promoção de um relacionamento colaborativo entre os diversos atores do sistema”, reforça o pesquisador do Centro de Inovação em Logística e Infraestrutura Portuária da Universidade de São Paulo (Cilip-USP) João Ferreira Netto. Lá, professores e pesquisadores do Departamento de Engenharia Naval e Oceânica da Escola Politécnica buscam as melhores práticas para projetos marítimos e portuários. Netto acredita que melhorar o acesso aos portos ajudaria a reduzir (e muito) os custos, com reduções do tempo de viagem, de congestionamento na região dos portos e do próprio valor do transporte. Para ele, resolvendo a dificuldade da infraestrutura portuária – com melhorias nos acessos e dragagens, construção de berços e cais, por exemplo –, ainda será preciso atuar em outra frente importante: o escoamento da produção até o porto melhorado. “Praticamente não temos ferrovias, e as rodovias, salvo em alguns Estados, não atendem a essa necessidade.”

Netto está à frente de um estudo que revela os benefícios de adoção de tecnologias para transformação de algumas rotas em corredores verdes. Uma delas é a utilizada para a exportação da soja brasileira, que liga a região de Sorriso, onde se localiza a maior produção dessa commodity no Estado líder desse cultivo, o Mato Grosso, ao Porto de Santos, no litoral paulista. O local é ponto de chegada e saída do corredor bioceânico, que liga o Brasil e o Atlântico à Bolívia e aos portos chilenos e peruanos do Pacífico.

VITRINE DE PROBLEMAS

O Porto de Santos responde atualmente por 25% do comércio exterior brasileiro e recebe a maior parte da produção de grãos do País. Como maior player do setor, é também um exemplo dos entraves que o sistema enfrenta, cujas filas quilométricas de caminhões nas estradas da Baixada Santista são apenas a face mais visível.

Ao contrário dos portos *offshore*, aqueles distantes da costa e, portanto, com grande profundidade natural, os portos instalados em regiões estuarinas – em que também flui água doce –, como o de Santos, necessitam de constantes manutenções de profundidade e de acesso e, por consequência, da realização de permanentes serviços de dragagens para evitar o encalhe de embarcações. A diminuição da altura da parte do casco dos navios que fica submersa (o calado) e a necessidade de obras criam intermináveis impasses técnicos e ambientais. Resultado: encalhamentos de navios e redução do transporte de contêineres por viagem. O problema é recorrente e não se restringe a Santos.

Outro caso que ilustra a dificuldade de alterar esse cenário é o projeto de expansão do Porto de São Sebastião, no litoral norte de São Paulo. Há muitos anos há a expectativa de crescimento e até de rivalização com Santos. O governo do Estado decidiu investir R\$ 5 bilhões nas obras de ampliação para oferecer alternativas para o traslado de contêineres, mas não consegue vencer a resistência de grupos ambientalistas, que temem a degradação não só do meio ambiente como da zona urbana da região. Embora o Porto de São Sebastião seja líder no ranking ambiental da Agência Nacional dos Transportes Aquaviários (Antaq), as obras foram suspensas pela Justiça.

É claro que o Poder Público deve ter preocupações ambientais – até porque São Sebastião não tem para onde crescer de forma ordenada a não ser em direção aos morros, que fazem parte da Mata Atlântica. Isso significa que é necessário encontrar saídas. Para o diretor de Gestão Portuária da Companhia Docas de São Sebastião, o administrador Mateus Damazio, é possível estabelecer plenas harmonias urbano-portuária e ambiental. “Os portos são geradores de riqueza para as cidades onde estão localizados”, pondera. Ele foi um dos palestrantes do “Fórum Porto Cidade 2017 – Rio de Janeiro – um olhar sobre a integração urbano-portuária, a expansão da logística retroportuária e a modernização do sistema portuário”, realizado em novembro, pela Saber Global.

BARREIRAS DA BUROCRACIA

Onerado por um dos custos mais altos do mundo, o setor está no início da cadeia de valor de importantes segmentos industriais exportadores e também para as atividades que dependem de importação de equipamentos e insumos. Assim, os gastos dos elos iniciais sufocam o crescimento econômico dos subsequentes, num efeito cascata. A burocracia se mostra um problema ainda maior do que a falta de infraestrutura. E ocasiona perdas de até R\$ 10 bilhões decorrentes desses entraves. Os cálculos levam em conta os custos gerados pela ineficiência: gastos com a demora na liberação da carga no porto, com o estoque de mercadorias e com a gestão de documentação obrigatória para os trâmites portuários. Nesse caso, o impacto foi mensurado com base na economia potencial caso o setor sofresse um choque de modernidade que alterasse esse panorama, um total que varia entre R\$ 3 e 4 bilhões anuais.

Mas há outros desperdícios pressionando geração de valor no sistema portuário, como o atraso para licitar, autorizar e licenciar novas obras do setor. Nesse contexto, o prejuízo foi mensurado como a geração de caixa potencial de novos terminais já previstos durante o período de atraso. A conta beira os R\$ 6 bilhões.

As projeções são do estudo “As barreiras da burocracia no setor portuário”, um diagnóstico realizado pela Confederação Nacional da Indústria em parceria com entidades de diversos setores, como Receita Federal, Secretaria de Comércio Exterior (Secex), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima (Syndarma) e Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), entre outros.

Dados do Banco Mundial indicam que, em decorrência da burocracia alfandegária, um contêiner pode levar até 13 dias para ser exportado no País, enquanto em Cingapura, por exemplo, o processo todo leva apenas um dia. E quanto mais tempo uma carga fica parada no porto, mais custos e perda de competitividade para todos os envolvidos.

AVANÇOS IMPORTANTES

O pesquisador Paulo Rezende, do Núcleo de Logística, Supply Chain e Infraestrutura da Fundação Dom Cabral, vê avanços importantes na área, mas calcula que o atraso é tão profundo que levaria praticamente duas décadas para alcançar a fronteira da modernização. “Falta contrapartida do setor público aos investimentos privados”, avalia. “Uma saída para amenizar essa falta de sintonia é um planejamento estratégico para realocação dos portos, uma especialização, a exemplo do que tem sido feito no Arco Norte”, afirma.

PRINCIPAIS PORTOS ORGANIZADOS DO BRASIL*

1. PORTO DE SANTOS

Gestão Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp)

Movimento 50,39 milhões de toneladas

Permanece como o porto mais influente no conjunto de movimentação de contêineres na América Latina. A atividade do porto é de 27,4% da movimentação quando comparado aos demais portos brasileiros.

2. PORTO DE ITAGUAÍ

Gestão Companhia de Docas do Rio de Janeiro (CDRJ)

Movimento 25,42 milhões de toneladas

Também conhecido como “Porto de Sepetiba”, possui 15,31% de movimentação do setor. Ressalta-se pela grande quantidade de contêineres, sendo o principal porto concentrador de cargas do Mercosul.

3. PORTO DE PARANAGUÁ

Gestão Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (Appa)

Movimento 21,97 milhões de toneladas

Atualmente tem 13,37% da movimentação dos portos. Atende ao escoamento dos grãos dos principais Estados produtores brasileiros, como Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás, além do próprio Paraná.

4. PORTO DE RIO GRANDE

Gestão Superintendência do Porto de Rio Grande (SUPRG)

Movimento 12,93 milhões de toneladas

Está a 330 quilômetros do sul de Porto Alegre. Sua administração e exploração foram concedidas, em 1997, ao Estado do Rio Grande do Sul. Tem 6,9% da movimentação dos portos brasileiros. Destaca-se pelo transporte de fertilizantes.

5. PORTO DE SUAPE

Gestão Complexo Industrial Portuário
Governador Eraldo (Suape)

Movimento 10,76 milhões de toneladas

Com 6,6% da movimentação dos portos, tem como um dos projetos o novo terminal de contêineres com investimento previsto de R\$ 1 bilhão. Caso tudo transcorra dentro dos prazos previstos, a licitação do Tecon 2 deve acontecer no primeiro semestre de 2018.

6. PORTO DE VITÓRIA

Gestão Companhia Docas do
Espírito Santo (Codesa)

Movimento 3,18 milhões de toneladas

Está em posição privilegiada. Sua área de atuação é em âmbito regional, chegando a atender a 21 Estados mais o Distrito Federal. Além disso, serve como apoio para os Estados de São Paulo, Bahia e Mato Grosso, atendendo a 14 setores de atividades voltados ao comércio exterior. É reconhecido principalmente pelo transporte de produtos minerais, tais como de metalurgia; celulose e papel; e agroindústria e madeira.

** O movimento é referente aos dados do primeiro semestre de 2017 da Secretaria Nacional de Portos do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.*

Fonte: SEP, Antaq, Codesp,
WebPortos, Governo de PE, Codesa

Principal aposta logística do agronegócio brasileiro para a próxima década, o chamado “Arco Norte” – região que compreende os Estados de Rondônia, Amazonas, Amapá, Pará e segue até o Maranhão – se transformou em um canteiro de obras portuárias. A expectativa do mercado, com base na capacidade dos empreendimentos anunciados para a região por gigantes como a Bunge e a Cargill, entre outras empresas, era dobrar o escoamento pelos terminais, entre 2015 e 2025, para um montante próximo de 20 milhões de toneladas de grãos. E elevar a capacidade de embarques dos atuais 40 milhões de toneladas para 60 milhões no mesmo período.

No fim de 2017, pelos cálculos da Secretaria de Política Agrícola do MAPA, os portos do Arco Norte já responderam por algo em torno de 26 milhões de toneladas, 24% do total desses produtos exportados. Mas mesmo com recordes sucessivos na região, o Brasil tem um déficit enorme de capacidade de embarque. A estrutura se amplia, mas zerar esse gargalo está longe de acontecer. A demanda por grãos cresce de 3 a 5 milhões por ano, quantidade que precisa ser incluída nas projeções.

VOCAÇÃO PARA SEGMENTAR

O diretor-presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP), José Di Bella Filho, tem opinião semelhante à de Rezende, da Fundação Dom Cabral, e diz que, de forma geral, os portos tendem a se especializar de acordo com sua vocação, dependendo principalmente de sua localização geográfica, cargas movimentadas, infraestrutura portuária e acessos (terrestres e marítimos). “Os portos do Arco Norte são bastante competitivos para movimentar as cargas das regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil”, avalia.

Sua consolidação como nova rota da safra brasileira, porém, está condicionada ao excedente exportável de Mato Grosso, maior produtor nacional de grãos e o principal usuário da logística que nasce no extremo norte do País. Hoje, mesmo com essa opção, o Estado do Centro-Oeste ainda prioriza o envio de cargas para os portos do Sul e Sudeste pela movimentação de grandes cargas a preços reduzidos.

Di Bella Filho comemora avanços importantes advindos da aprovação da Lei dos Portos. “O aumento da capacidade do sistema portuário o tornou mais eficiente.” Na prática, a Lei n.º 12.815, de agosto de 2013, permitiu aos terminais privativos oferecer serviços a terceiros. Essa mudança abriu caminho para investimentos da ordem de R\$ 17 bilhões até agora, segundo o superintendente da Antaq, Adalberto Tokarski. De lá para cá, foram autorizadas 80 instalações portuárias privadas. “A regulamentação foi revista e atualizada por meio de decretos que buscam reduzir a burocracia nas tomadas de decisões do Poder Público, além de facilitar a realização de investimentos e melhoria do ambiente regulatório para a operação da carga”, explica Tokarski.

MODERNIZAÇÃO FAVORÁVEL

No ano passado, o Decreto n.º 9.048/2017 alterou o Decreto n.º 8.033, que regulamentava a Lei dos Portos (n.º 12.815), tra-

BUROCRACIA ALFANDEGÁRIA FAZ COM QUE UM CONTÊINER LEVE ATÉ 13 DIAS PARA SER EXPORTADO NO BRASIL, ENQUANTO EM CINGAPURA, POR EXEMPLO, O PROCESSO TODO LEVA APENAS UM DIA

zendo mudanças aguardadas pelo setor para modernização da legislação portuária. Para Rafael Wallbach Schwind, advogado especializado em Direito Regulatório, o texto do decreto é positivo porque passou a permitir maior flexibilidade na gestão das áreas dos terminais portuários arrendados, diminuindo os gargalos que dificultavam investimentos privados nos portos públicos. “Uma vez que mais de 95% das importações e exportações passam pelos portos, investimentos privados são essenciais para o crescimento econômico do País”, defende. Ele vê com bons olhos as modificações em relação à concorrência entre os terminais. Atualmente, existem portos com contratos de arrendamento firmados em regimes jurídicos muito distintos. Com a possibilidade de adaptação dos contratos à nova Lei dos Portos, a ideia é que haja um nivelamento para proporcionar uma concorrência mais justa entre os terminais.

Para Schwind, um dos principais avanços garantidos pelo decreto foi permitir que os contratos de arrendamento (inclusive aqueles firmados na vigência da lei anterior – n.º 8.630/93) possam ser prorrogados sucessivas vezes até o limite de 70 anos. “A ampliação do prazo dos contratos de arrendamento portuário mudou de até 25 para 35 anos, com possibilidade de prorrogação até 70 anos ao todo.” Antes, a prorrogação somente poderia ocorrer uma única vez e por período não superior ao originalmente contratado.

Ele cita ainda cláusulas que permitirão no curto e médio prazos aos terminais brasileiros se adaptarem às exigências logísticas mundiais, tais como: permissão para que um terminal portuário seja deslocado para outra área dentro do porto de forma a melhorar as operações; mais flexibilidade nas expansões de terminais arrendados; possibilidade de revisão dos cronogramas de investimento; e permissão para fazer obras fora da área arrendada.

Na avaliação de Tokarski, da Antaq, passos importantes foram dados, embora ainda seja necessário desviar de alguns obstáculos. “Temos implantado paulatinamente medidas para dar celeridade aos processos de outorga e de investimentos”, enumera. “A centralização pela Antaq e a sua digitalização estão entre elas.” Com essas iniciativas, estima-se que o tempo gasto nos trâmites das outorgas caia de 400 para 120 dias.

Independentemente do setor, existe unanimidade de que é necessário continuar avançando nessas questões para que o Brasil se torne mais competitivo no mercado internacional. E não apenas em tempos de crise. Afinal, se houve uma boa notícia o ano passado, ela veio dos portos. A balança comercial registrou o maior superávit da história, de US\$ 62 bilhões. De janeiro a novembro, as exportações chegaram a US\$ 200,154 bilhões, número 18,2% maior que em 2016, pela média diária; e as importações foram de US\$ 138,146 bilhões, 9,6% a mais que no mesmo período do ano passado, quando foi registrado o último recorde da balança comercial (US\$ 43,3 bilhões). Os dados são do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Soma de todas as transações, a corrente de comércio atingiu US\$ 338,301 bilhões, crescimento de 14,6% em relação aos mesmos meses de 2016 pela média diária (US\$ 295,321 bilhões). O preço das vendas externas aumentou 10,7%, e as quantidades, 6,9%, enquanto nas importações, valores subiram 3,7% e as quantidades, 5,8%.

“A desatualização dos portos brasileiros seria desastrosa para a economia nacional. De nada adianta haver produção se ela não pode ser escoada para o mercado internacional”, conclui Schwind.

&

ANO DE ESCOLHAS

Ambiente político polarizado, mobilização nas redes sociais e mensagens contra a corrupção e sobre a eficiência do Estado deverão dar o tom das eleições deste ano. Em meio às crises econômica, social, ética e moral, este pleito está marcado pelo clima de incertezas, até em relação à definição dos candidatos que disputarão a Presidência da República.

texto ALINE OLIVEIRA
caricaturas LUIZ CARLOS FERNANDES

V

Vivemos um caos. É o que afirmam eleitores da direita à esquerda quando questionados sobre o contexto político brasileiro. A insatisfação é, ironicamente, a unidade entre os amantes de coxinha, de mortadela e até os inclinados a experimentar algo novo. Para Irai Martins, 50, empresária baiana – e possível eleitora do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva –, “há um descontrole. Eles fazem o que querem e o pior é que não temos para onde correr”. Maycon Andrade, 21, está desapontado. O estudante paranaense e simpatizante das ideias da ex-senadora Marina Silva vê “uma falta de compromisso com a administração do País, além dos escândalos de corrupção e crise ética. O recepcionista paulista Rafael Paixão, 25, vota no atual governador de São Paulo, Geraldo Alckmin e é taxativo: “o Brasil está sendo muito mal administrado”.

Para Marcos Verlaine, analista político do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), estamos diante de um “quadro de devastação. Há crises econômica, social, ética e moral e um clima de incerteza”. “O impeachment envenenou o sistema político”, avalia o cientista político do Insper Fernando Schüller sobre o processo de afastamento da ex-presidente petista Dilma Rousseff, deflagrado em agosto de 2016. “Não estou entrando no mérito de certo ou errado, mas esse processo ajudou a polarizar o Brasil, e democracia polarizada gera insatisfação.”

O descontentamento respinga nos índices de avaliação do governo de Michel Temer. Pesquisa Ibope divulgada em dezembro de 2017 mostra que 74% dos brasileiros consideram o governo atual ruim ou péssimo. Em setembro do mesmo ano, o pemedebista atingiu 77% de reprovação, o maior patamar de avaliação “ruim/péssimo” de toda a série histórica da pesquisa, iniciada em março de 1986. Já a taxa de pessoas sem confiança

no presidente é de 90%. Ainda segundo o estudo, 59% dos cidadãos consideram o governo Temer pior que o governo Dilma.

A Reforma da Previdência é uma das propostas não digeridas pela população. “Teriam de mexer na parte grande, na deles, principalmente. Deve-se fazer a reforma, sim, mas com coerência, com justiça, e não como estão fazendo”, critica a empresária Irai. Na proposta, o governo prevê uma idade mínima para se aposentar, sendo 62 anos para mulheres e 65 para homens. Também será estabelecido um tempo mínimo de contribuição para ter direito ao benefício: 15 anos para trabalhadores da iniciativa privada e 25 para os funcionários públicos. Aposentados com esse tempo mínimo receberão 60% da média salarial, ou 70% no caso dos servidores. Para se aposentar com o teto, serão necessários 40 anos de contribuição. Em pronunciamento no Palácio do Planalto, em dezembro de 2017, Temer se mostrou convicto da pauta levada ao Congresso: “Nós jamais vamos desistir da Previdência. E não vamos desistir da Previdência em nome do Brasil”.

RAZÃO E EMOÇÃO

Em meio a esse cenário de descontentamento, o ano de 2018 começou com especulações em torno da corrida presidencial. De definição figuram a insatisfação dos eleitores e o clima de racha no País, que influenciarão as discussões e, possivelmente, os votos. “A eleição no Brasil está cada vez mais incerta. Você não vê uma cultura e uma educação política capaz de permitir o eleitor fazer uma escolha baseada na razão. O eleitor escolhe com a emoção”, analisa o professor da Universidade Metodista de São Paulo Antonio José Vieira Júnior.

Os postulantes ao cargo máximo da República já viajam pelo País em clima de campanha, e a participação (ou não) de

RAIO X

Cientista político do Insper, Fernando Schüller analisa o perfil dos presidenciáveis



JAIR BOLSONARO (PSL)

Surfa no fenômeno da teoria do caos, que apela para a solução autoritária, a desconfiança em relação aos direitos humanos e o conservadorismo cultural. Bolsonaro é a versão extrema desse fenômeno. Não tem base partidária nem tempo de televisão.



GERALDO ALCKMIN (PSDB)

Ganhou a disputa interna no PSDB, que marchará em prol de Alckmin agora. Fará discursos afirmando que é o centro, o moderado, o “cara que vai pacificar o País”. O problema é que Alckmin não empolga e tem que conquistar o Nordeste.

continua na próxima página ►

Lula é determinante. “São dois cenários: um com Lula e outro sem ele. Sem, a eleição ficará de pernas para o ar e as correntes de voto serão reorganizadas, veremos outros candidatos aparecendo. Eu aposto que será sem Lula”, sugere o brasiliense da UnB David Fleischer.

Ao que tudo indica, só uma decisão judicial será capaz de barrar o petista. Apesar de concordar que a justiça deve ser feita, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, disse, em 9 de dezembro de 2017, durante convenção nacional do PSDB, preferir “combatê-lo na urna a vê-lo na cadeia”. “O FHC fez uma leitura correta, segundo a qual os mitos políticos devem ser derrotados nas urnas”, analisa Rodrigo Prando, cientista político e professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

A semelhança com o pleito de 1989 dá margem para visões distintas. “Em termos de números de candidatos, deve se assemelhar justamente por trazer muitos nomes”, considera Fleischer. Para o analista do Diap, por ser “aberta e indefinida”, essa disputa tem proximidade com a que marcou a redemocratização. Fernando Schüller, do Insper, discorda, chamando atenção para o fato daquela ter sido uma eleição “solteira, sem o peso das máquinas partidárias”. “Não havia redes sociais, internet, era uma campanha muito mais dependente da TV, muito bem usada pelo [atual senador Fernando] Collor. Havia uma rede de pequenos partidos, e ele aparecia na televisão sistematicamente”, pondera Schüller. Collor, por sinal, também já se apresentou como pré-candidato durante evento em Alagoas, em janeiro.

DISPUTA DE ATENÇÃO

Com as redes sociais se firmando como uma ferramenta de mobilização, ainda que descompromissada de engajamento

real, nomes com o do deputado federal Jair Bolsonaro ganham força. Seu discurso flerta com visões conservadoras e tenta sinalizar ao mercado financeiro de que é uma opção segura. Ele surge nas pesquisas como segundo colocado na corrida presidencial. Como a maioria de seus possíveis eleitores é jovem – 60% têm entre 16 e 34 anos, e destes, 30% têm menos de 24 anos, segundo pesquisa Datafolha de abril de 2017 –, ele explora o poder de alcance das mídias sociais, território com grande tráfego dessa fatia do eleitorado. Mas, para além da interação, os brasileiros anseiam propostas para o País – e é por falta delas que muitos apostam no enfraquecimento do congressista carioca. “A candidatura de Bolsonaro é vazia, só tem discurso acusatório. Ele aponta culpados e aparece como grande paladino da justiça”, analisa coordenadora do curso de Relações Internacionais da Faculdade Santa Marcelina (Fasm), Rita do Val.

Além de Bolsonaro, a estratégia de se conectar diretamente com o eleitor em potencial via redes sociais é o caminho ideal para outros candidatos de partidos pequenos, sem muito tempo de TV no horário eleitoral. É o caso do fundador do Partido Novo e pré-candidato à presidência, João Amoêdo. O estudante mineiro e seu possível eleitor, Marcelo Freitas, 24, acompanha as postagens do candidato. “O que tenho gostado no Partido Novo é que eles não utilizam verba pública para campanha e não entram nessa briga mesquinha por alguns segundos de televisão”, justifica. Clima de paz e capacidade de propor soluções têm garantido destaque. “Gosto do Partido Novo principalmente pelas ideias liberais, de Estado mínimo. É uma alternativa diferente do que está posto. Por mais que não ganhe a eleição, democracia é isso”, pondera Freitas. Para Rodrigo, do Mackenzie, “esses partidos e candidatos liberais não são tão competitivos, mas começam a colocar suas teses em discussão, o que tende a criar uma cultura de aceitação do liberalismo no Brasil”.

Há quem aposte que o tom do discurso dos presidencialistas dispostos a avançar na corrida eleitoral deve ser apaziguador, conciliatório. Rita do Val, da Fasm, diz que “o PSDB tem



MANUELA D'ÁVILA (PCDOB)

Não tem discurso próprio. Em seu primeiro pronunciamento, pareceu cabo eleitoral do Lula. É uma deputada competente, bem articulada, personagem política positiva para o diálogo. Mas em que o discurso PCdoB se difere do PT?



JOÃO AMOÊDO (NOVO)

Vai até o fim. O Novo tem um discurso programático muito claro, muito diferente dos outros partidos. Distanciou-se muito do PSDB, que historicamente foi propulsor de reformas para o mercado e conduziu o Plano Real, mas nos últimos tempos se tornou um partido dúbio e perdeu consistência programática. Nesse vácuo, o partido cresceu.



MARINA SILVA (REDE)

Não tem estrutura, não tem tempo de TV, terá poucos recursos. Nos últimos anos, a Rede não se consolidou. Marina sempre ficou nesse posicionamento dúbio, de ser um partido, ser um movimento, ser ou não ser candidata. Não vejo projeto nacional, não vejo crescimento nos últimos anos. A tendência é a candidatura minguar como nas outras vezes.



CIRO GOMES (PDT)

Depende da viabilidade da candidatura do Lula: se ela se consolidar, Ciro vai ter muita dificuldade. Ele é conhecido nacionalmente, está em campanha há um ano praticamente. É relevante, inteligente, preparado. Evidentemente é um personagem importante, mas não vejo espaço para ir para o segundo turno.



LULA (PT)

Se conseguir superar os problemas com a Justiça, fará um discurso de unificação, dirá que é capaz de conduzir pacto nacional. E ele é uma liderança internacional reconhecida. O PT tem condições para empurrar a candidatura do Lula até agosto com essa guerra jurídica.

essa consciência de que é preciso reconciliar, reconstruir”. E arremata: “Acredito que o candidato que fomentar discurso de ódio não decola”. Segundo ela, as pesquisas indicam que as pessoas estão desencantadas e cansadas do embate. Para Schüller, Alckmin se colocará dessa forma. “Ele fará discursos mostrando que é de centro, o moderado, o cara capaz de pacificar. E todo o PSDB vai marchar em prol dele. O desafio do tucano é ganhar visibilidade no Norte e Nordeste do Brasil. Sua força ainda está muito concentrada no interior paulista.

Com perfis moderados e na esteira dos resultados de recuperação da economia, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, iniciaram uma disputa velada em meados de janeiro para angariar apoio em torno da base aliada do governo. Ambos não confirmam a entrada na corrida eleitoral.

A despeito de ainda não apresentar candidato definido, o PSOL também se enquadra no hall dos pequenos, mas relevante por atrair uma corrente da esquerda. “É um partido ideológico, importante para democracia no sentido de fazer o contraponto”, afirma Prando. “A própria [deputada] Manuela D'Ávila não tem condições competitivas, mas se apresenta, começa a fazer campanha e ganhar visibilidade”, considera. Se confirmar Manuela na disputa, o PCdoB terá pela primeira vez uma candidatura própria em sete eleições presidenciais.

Sobre o nome da ex-senadora Marina Silva, Prando pontua que “aqueles que estão com ela são bastante ideológicos, ligados a uma causa, mas eu não sei se ela tem fôlego para encarar campanha”. Maycon Andrade pretende votar na ambientalista. “Pelo que conheço da história dela como senadora e ministra, acredito que ela tenha capacidade de governar o Brasil. Tem experiência como ministra, não está envolvida em escândalo de corrupção, é equilibrada, não fica nessa coisa de direita e esquerda”, acredita.

Com conhecidos e velhos nomes surgindo como alternativas, inovação no quadro de candidatos não deverá ser uma característica de 2018. No entanto, espera-se que o descontentamento da população com a classe política provoque nos candidatos o interesse em apresentar propostas viáveis para o Brasil. Nas palavras da professora da Fasm, “as pessoas querem trabalhar, fazer planos, projetos. Querem ter sua vida de volta”.

&



LAWRENCE REED

MENOS ESTADO, MAIS PROSPERIDADE

Presidente da Foundation for Economic Education (FEE), economista americano critica a burocracia que trava o ambiente de negócios no Brasil e diz que é hora de o País abraçar o livre-mercado

entrevista THAIS HERÉDIA | fotos CHRISTIAN PARENTE

Convidado do I Fórum de Liberdade Econômica, promovido pelo Centro de Liberdade Econômica do Mackenzie (CLEM) em parceria com a plataforma UM BRASIL, o economista americano Lawrence Reed é um conhecido defensor de ideias liberais. Para ele, quanto mais uma sociedade opta por ser subsidiada pelo governo, maior será a desigualdade presente nela.

Em entrevista ao canal UM BRASIL reproduzida nesta edição de Problemas Brasileiros, o presidente da Foundation for Economic Education (FEE) diz que o Brasil vive um ótimo momento para baixar impostos e abraçar o livre-mercado a fim de recuperar papel de destaque na comunidade internacional e ser modelo para a América Latina. Reed faz críticas à buro-

cracia que trava o ambiente de negócios brasileiro e fala sobre a diferença entre direitos e privilégios.

Questionado sobre a urgência de reformas estruturais como a da Previdência, ele avalia que as pessoas em geral tendem a ser seduzidas pelo presente, não pensando no legado que devem deixar às futuras gerações. O economista opina ainda que o combate à corrupção passa não apenas pela condenação dos corruptos, mas pela diminuição do tamanho do Estado. “É preciso encolher o governo, para que as pessoas boas não sejam corrompidas tão facilmente e para que as ruins não se sintam incentivadas a entrar na administração pública.”

Como o pensamento liberal lida com o nível de desigualdade que temos no Brasil?

Bem, há mais de uma definição de igualdade. Se você está falando de igualdade perante a lei, eu acho que é algo que todos deveriam se esforçar para conseguir. A lei não deveria ver cores, ela deveria julgar sua culpa ou inocência naquilo que foi acusado a despeito de todos os fatores irrelevantes. Mas igualdade econômica é algo muito diferente. Cada um de nós vem a esse mundo como uma pessoa diferente, com talentos diferentes, diferentes graus de vontade de trabalhar, algumas pessoas trabalham mais duro, por mais tempo, de forma mais inteligente do que outras. Nós não economizamos da mesma forma. Algumas pessoas, se você lhes der dinheiro, vão economizar, outras vão gastar, então há razões naturais para a desigualdade econômica existir: é um reflexo das pessoas sendo elas mesmas. O tipo de desigualdade econômica que me preocupa é a que é gerada por pessoas que usam suas conexões no governo para conseguir favores, vantagens, proteção, subsídios. Nesses casos, a desigualdade tende a favorecer aqueles com conexões políticas em detrimento dos habilidosos e talentosos. Então, eu me livraria das barreiras que impedem as pessoas de progredir economicamente, mas sem esperar que elas giram a mesma renda, já que somos diferentes.

O senhor acredita que o excesso de privilégios e subsídios é um importante fator de desigualdade no Brasil?

Eu tenho certeza. Quanto mais longe uma sociedade segue no caminho da subsídio e do favoritismo de governo, maior será a desigualdade. Eu me livraria desses tipos de subsídios e favores especiais, tornando a lei neutra para as pessoas, justa para todos, para então podermos celebrar a diferença econômica que vem de sermos nós mesmos, de cada um ser seu próprio empreendedor, seu próprio trabalhador, ou seja lá o que a pessoa escolha ser.

O senhor acha que o momento que o Brasil está vivendo agora pode nos dar a oportunidade de lidar com isso?

Há certas barreiras que o governo colocou que, se você se livrar delas, terá uma melhora instantânea. Os requisitos burocráticos brasileiros para começar um negócio e fazê-lo crescer estão entre os piores do mundo. Se você se livrar de tantos desses quanto possível, você vai ver um aumento no empreendedorismo em um período bem curto. Outras coisas que o governo fez demoram para serem revertidas, e seus efeitos levam mais tempo para ser notados, então esse é um processo tanto de curto quanto de longo prazo, que deve começar agora, cortando toda a burocracia e a regulamentação que estrangulam um negócio antes mesmo que ele comece a funcionar.

O senhor fala muito da diferença entre direitos e privilégios. Nós estamos enfrentando essa questão no Brasil pois temos muito mais privilégios do que direitos, embora as pessoas os enxerguem como direitos. Como lidar com isso?

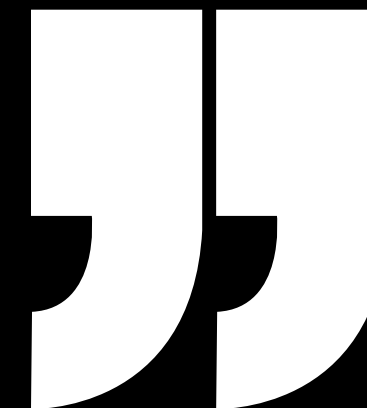
As pessoas precisam reaprender a diferença entre privilégios e direitos. Direitos são coisas que vêm para você em virtude do seu nascimento, por você ser um indivíduo único, soberano e independente. Você vem a esse mundo com certos direitos, basicamente o de viver em paz contanto que deixe os outros viverem em paz. O privilégio não é um direito, privilégio é algo que pode ser um favor especial só para você, talvez por causa de alguma conexão política que fez. Os políticos querem te manter feliz, mas não se trata de algo que será dado a outras pessoas. É aí que o terreno se torna desnivelado e injusto. Então, eu diria: afaste-se dos privilégios e abraça os direitos. Países que fizeram isso tendem a se sair bem economicamente e em todos os outros aspectos.

Aqui no Brasil nós temos o problema de que, em grande parte, é o Estado que define o que é um direito e o que é um privilégio...

Bem, há um mito sobre o Estado em muitos lugares, e eu acho que esse é o caso do Brasil também, em que se presume que, porque é Estado, que é nobre, que sabe como fazer as coisas, que está certo ou que é mais inteligente do que nós. Mas eu acho que o Brasil recentemente passou por momentos realmente horríveis, que devem fazer as pessoas entenderem que não há nada de especial no Estado. Ele é formado por pessoas que, como todo mundo, estão perseguindo seus próprios interesses, e que algumas vezes fazem isso de uma forma que ajuda a todos, mas frequentemente o fazem de formas que prejudicam as outras pessoas. Nós precisamos disciplinar o Estado, deixá-lo menor e mais atento às pessoas, mas, ao mesmo tempo, deixá-las livres e em paz, pois é assim que a riqueza é produzida. Não por políticos e seus decretos.

Esse não é um desafio exclusivo do Brasil. Nós temos isso na Europa, nos Estados Unidos... Certo?

Ah, sim, já estamos discutindo isso há alguns milênios. Há muitos exemplos ao redor do mundo de países que estavam em péssima forma e se recuperaram e prosperaram em pouco tempo porque se apoiaram na liberdade e no livre-mercado. A Alemanha, por exemplo. Depois da Segunda Guerra Mundial, tinha acabado de passar por uma década e meia de socialismo: estava dividida, ocupada, desmoralizada, derrotada e devastada. Mas Ludwig Erhard foi escolhido ministro da Economia e, de um dia para o outro, ele decidiu diminuir as tarifas, os impostos e os gastos e se livrou da bu-



Nós precisamos disciplinar o Estado, deixá-lo menor e mais atento às pessoas, mas, ao mesmo tempo, deixá-las livres e em paz, pois é assim que a riqueza é produzida. Não por políticos e seus decretos.



rocracia e da papelada e libertou a economia alemã. Em dez anos, a Alemanha derrotada se tornou a principal economia da Europa. Essa é a lição, o modelo que o Brasil deveria estudar.

Em plena era das notícias falsas, como convencer as pessoas de que a Reforma da Previdência é necessária se as pessoas nem sequer acreditam que haja um déficit?

No que diz respeito à Reforma da Previdência, o problema em muitos países – não exclusivo do Brasil – é que o governo tentou agradar pessoas hoje dando a elas aposentadorias grandes e luxuosas, sem se preocupar como isso seria financiado no futuro. Tudo se resume à próxima geração, que tem que assumir a conta. Então talvez seja possível fazer as pessoas se concentrarem nisso, dizendo:

“Olha, dizer ‘eu quero o que posso ter agora e meus filhos e netos que deem um jeito de pagar por isso’ não é a coisa mais madura de se fazer”. Isso não é sinal de caráter, não é sinal de responsabilidade, não é o que adultos deveriam fazer. Pense nos seus filhos, pense nos seus netos. Você quer que eles comecem a vida com uma dívida imensa de pensões que não puderam ser bancadas? Que eles paguem a conta?” As pessoas precisam acordar e agir como adultas em toda parte, não só no Brasil. É uma luta constante porque as pessoas estão absortas pelo presente e tendem a pensar no agora, no que está diante dos olhos delas, talvez uma semana para frente, mas não necessariamente na próxima geração. Nós temos de fazer as pessoas entenderem que isso é o que adultos bons e responsáveis fazem: pensam na próxima geração.

O senhor acha que as pessoas estão dispostas a dar ouvidos a isso?

Eu continuo tentando. Não há outra solução. Enquanto focarmos apenas no agora, apenas em nós mesmos, estaremos colocando nossos filhos e netos em uma situação terrível mais tarde. A razão de termos problemas hoje é que alguém no passado não muito distante não estava pensando em nós. Certamente nós não queremos deixar um legado assim para nossos filhos.

O senhor acha que o pensamento liberal está sendo ameaçado pela discussão protecionista ou todo esse radicalismo que vem acontecendo no mundo?

Sim, mas isso também não é nada novo. Nós lutamos há centenas de anos contra o desejo de algumas pessoas de conseguir alguma proteção especial, favores especiais, algum subsídio para si mesmos, às custas de todo o resto. O problema que nós sempre enfrentamos é convencer o maior número de pessoas possível que esse não é o jeito certo de se fazer as coisas. Quanto mais você foca em garantir alguns benefícios para uma meia-dúzia de pessoas, mais prejudicada fica a saúde econômica da sociedade. Tente pensar na situação como um todo no longo prazo. Pense em todas as pessoas, não apenas em algumas, e aí você terá a chance de moldar as políticas públicas na direção certa. Esse conflito é tão velho quanto o tempo, não é nada novo. Mas, geralmente, os



Quanto maior é um governo, quanto mais ele arrecada, quanto mais ele gasta, quanto mais favores ele concede, quanto mais responsabilidades ele assume no seu lugar, maior é a oportunidade para a corrupção.

países que entendem isso tendem a se sair melhor do que os que dizem para esquecer o futuro, para viver o hoje. Essa escolha não é sustentável, não se pode viver assim por muito tempo. O Brasil tem uma oportunidade, como o maior país da América do Sul, de ditar as regras para todo o continente, de ser um modelo que outros países seguirão. Veja o que está acontecendo em países como a Venezuela hoje em dia, ou com outros que seguiram caminhos mais radicais e socialistas: viraram desastres. Agora, o Brasil tem uma oportunidade de dizer: “Nós vamos aprender com isso e vamos adotar o único modelo que realmente funciona no mundo, que é a liberdade e o livre-mercado. Nós podemos ser um exemplo brilhante não apenas para a América Latina, mas também para o resto do mundo”.

Como o pensamento econômico liberal vê a luta contra a corrupção?

Precisamos que as pessoas entendam a conexão entre a corrupção e os governos grandes. Quanto maior é um governo, quanto mais ele arrecada, quanto mais ele gasta, quanto mais favores ele concede, quanto mais responsabilidades ele assume no seu lugar, maior é a oportunidade para a corrupção. Ter um governo grande e bom ao mesmo tempo não é possível. Quanto maior ele é, pior ele vai ser, porque as pessoas vão se atropelar para tomar o controle dessa enorme máquina de legislação, controle e redistribuição – e isso, inevitavelmente, gera corrupção. Para diminuir a corrupção, não basta só condenar os corruptos, é preciso encolher o governo, para que as pessoas boas não sejam corrompidas tão facilmente e para que as ruins não se sintam incentivadas a entrar na administração pública.

O Estado brasileiro está falido. Seria essa uma oportunidade de discutir o tamanho do nosso governo?

Sem dúvida. A hora é esta. Vocês seguiram o caminho errado por tempo demais, as dívidas são grandes demais para lidar. A única opção é fazer essa reforma na direção de um mercado mais livre, com menos influência do governo. E não se sintam mal por isso, fiquem felizes! Esse é o caminho que pode levar o Brasil para um novo nível de prosperidade. Eu sou um eterno otimista. Se você achar que o futuro está perdido, que não há como fazer a diferença, que não há como vencer, duas coisas acontecem: uma é que você não trabalha com tanto afincamento pelo que acredita ser certo (afinal, o pessimismo é autorrealizável). Você desiste e garante que as coisas ruins vão acontecer. E a segunda coisa é que você não vai convencer outras pessoas a se unirem à sua causa. Se você disser: “Juntem-se à minha causa, mas nós vamos perder”, a resposta vai ser “Então, qual o sentido?”. Tudo é possível, não desistam!



UM BRASIL é uma plataforma multimídia composta por entrevistas, debates e documentários com nomes dos meios acadêmico, intelectual e empresarial. O conteúdo aborda questões sobre os quadros econômico, político e social do País.

Saiba mais em www.umbrasil.com



FAMÍLIA, TOLERÂNCIA E CRESCIMENTO ECONÔMICO

Estudos mostram que, para cada ano a mais de escolaridade do trabalhador, o Produto Interno Bruto (PIB) de um país cresce de 8 a 10 pontos percentuais. Embora a educação seja responsabilidade do Estado, é a convivência familiar que dá ao indivíduo a base de valores e hábitos que fará dele um cidadão mais responsável, melhor profissional e com maior apreço às leis.

texto RODRIGO CAETANO

D

Deixar os problemas de casa em casa e os problemas do trabalho no trabalho parece ser um bom conselho. O mercado sempre buscou profissionais centrados, que não se abalam com qualquer dificuldade e produzem de forma consistente ao longo do ano. A questão é que isso é muito difícil, para não dizer impossível. “Temos uma só vida e somos uma só pessoa”, afirma o diretor da Federação Internacional para o Desenvolvimento da Família, entidade internacional que atua junto com a Organização das Nações Unidas (ONU) em ações voltadas ao fortalecimento da convivência familiar, o espanhol Ignacio Socias. “Não dá para ser alguém no trabalho e outro em casa.”

O entendimento de que a vida familiar influencia na produtividade e, conseqüentemente, na economia dos países, é parte de um contexto mais amplo, defendido por Socias, de que a família é fundamental para o desenvolvimento. “Uma sociedade com famílias fortes é mais produtiva”, garante o diretor. O fortalecimento dessa instituição, segundo ele, é crucial para o cumprimento das 17 metas de desenvolvimento sustentável definidas pela ONU, em especial três instâncias das mais importantes para o futuro da humanidade: educação, desigualdade e diversidade. “Em grande parte, o fracasso em completar as metas definidas para o milênio se deu em decorrência da não inclusão da família nesse contexto”, diz Socias, em referência ao documento que estabeleceu uma série de objetivos para a erradicação da pobreza no mundo, expirado em 2015 sem cumprir inteiramente o seu papel.

A importância da educação para o desenvolvimento econômico é mensurável – e relevante. Segundo levantamento do Banco Mundial, cada ano a mais na escola aumenta em 10% a renda de uma pessoa, ganho maior do que praticamente qualquer investimento financeiro. Globalmente, gasta-se em torno de US\$ 5,6 trilhões com educação e treinamento, considerando governos, indivíduos, setor privado e as famílias. De forma geral, esse volume de dinheiro vem dando resultado. De acordo com a entidade, nunca tantas crianças frequentaram a escola no mundo. A média de tempo de estudo deve atingir dez anos em 2050. Em 2010, era de oito anos, e em 1950, de três.

Mas ainda existem mais de 120 milhões de crianças fora da escola e, das que estão estudando, cerca de 250 milhões ainda não conseguem escrever, mesmo frequentando as aulas. “A educação é uma responsabilidade do Estado e tam-

bém dos profissionais do setor”, afirma Socias. “Mas o cerne do processo educacional acontece na convivência familiar.” Ele se refere a valores e hábitos, que são aprendidos primordialmente dentro de casa, como viver de forma igualitária e ter hábitos saudáveis. “Quando a família cumpre seu papel, ela forma cidadãos mais responsáveis e melhores profissionais, que pagarão mais impostos e, provavelmente, terão maior apreço às leis”, diz o diretor. Estudos estimam que para cada ano a mais de escolaridade do trabalhador, o Produto Interno Bruto (PIB) de um país cresce entre 8 e 10 pontos percentuais.

No Brasil, a questão da família ganhou notoriedade nos últimos anos graças à política. Tramitam na Câmara dos Deputados dois projetos de lei que procuram definir o conceito de família. Ambos trazem medidas polêmicas, que foram alvo de críticas e motivo de intenso debate. O mais antigo é o PL 6583, de 2013, de autoria do deputado Anderson Ferreira (PR/PE). O texto chegou a ser aprovado por uma comissão especial, em 2015, mas não foi votado em Plenário. O PL é mais conhecido como o “Estatuto da Família”. Defendido pela bancada evangélica da Câmara, o documento limita a definição de família, em especial no que tange à possibilidade de uniões homoafetivas. “Para os fins desta lei, define-se entidade familiar como o núcleo social formado com base na união entre um homem e uma mulher, por meio de casamento ou união

“EU NÃO ACHO QUE OS GOVERNOS DEVERIAM INTERFERIR NO MODO COMO AS PESSOAS SE ORGANIZAM. NÃO EXISTE FAMÍLIA PERFEITA; O QUE DEVEMOS FAZER É AJUDÁ-LAS A OFERECER AQUILO QUE A SOCIEDADE NECESSITA.”

IGNACIO SOCIAS, diretor da Federação Internacional para o Desenvolvimento da Família, ligada à Organização das Nações Unidas (ONU)

estável, ou ainda por comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes”, diz o PL, em seu artigo 2º.

Para o advogado Bruno Tasso, especialista em Direito da Família do escritório Yamazaki, Calazans e Vieira Dias, o projeto, na verdade, coloca em risco a estrutura familiar. Segundo Tasso, não se trata de enaltecer as uniões homoafetivas, “mas proteger outros núcleos familiares que carecerão de direitos caso o PL seja aprovado”. Ele se refere, por exemplo, a casos de tios ou avós que, em consequência do óbito ou mesmo abandono dos pais, assumem a tarefa de criar uma criança. “Não é possível que quase 30 anos após a redemocratização do País ainda se fale em aceitar ou não um distinto padrão de família que não se limite à heteronormatividade”, diz o advogado, em artigo. Essa é uma discussão importante, uma vez que o padrão familiar brasileiro vem mudando de forma constante desde o início do século. Os dados mostram que a tradicional família brasileira já não é mais a mesma, em especial no que diz respeito ao protagonismo das mulheres.

A proporção de casais com filhos, por exemplo, caiu de 50,1% em 2005, para 42,3%, em 2015, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ao mesmo tempo, a proporção de casais sem filhos aumentou de 15,2% para 19,9%. As famílias unipessoais, por outro lado, tiveram um avanço considerável, passando de 10,4% para 14,6%, no mesmo período. Os dados mostram, ainda, um crescimento importante na participação da mulher na liderança familiar. Entre as famílias com filhos, o percentual de casais que têm o homem como referência caiu de 66,3% para 53,9% nesses dez anos. Já os lares em que a mulher é a principal referência, que eram 4,8% em 2005, chegaram a 15,7%, em 2015. As famílias compostas por mulheres sem cônjuge e com filho representam 26,8% do total.

Isso se deve, segundo o IBGE, ao aumento da escolaridade entre as mulheres. A frequência escolar feminina cresceu 9,8% em relação aos homens. Nas universidades, elas também já são maioria, com quase 60% das vagas. Um efeito positivo desse avanço foi a queda da proporção de meninas de 15 a 19 anos que já são mães, de 14,8% para 11,8% do total, entre os censos de 2000 e 2010. “É fundamental criar condições para que a mulher possa conciliar a família e o trabalho”, afirma Socias. Trata-se, na verdade, de um problema mundial, que vem sendo debatido pelas maiores lideranças do setor de negócios.

Em relação ao desenvolvimento das famílias, as vantagens de ter as mulheres em casa são evidentes, mas o resultado do aumento de sua presença nas empresas também pode ser mensurado. Um estudo da consultoria McKinsey & Company mostra que empresas com pelo menos uma mulher na primeira linha de comando, presidente ou vice-presidente, apresentam margens de lucro até 47% maiores do que companhias com apenas homens na diretoria. Mulheres no topo também resultam em ganhos até 44% maiores para os acionistas. Outro estudo, feito pelo Instituto Peterson, dos Estados Unidos, aponta que corporações com no mínimo 30% dos cargos de liderança sendo ocupados por profissionais do sexo feminino conseguem aumentar seu lucro em 15%. Apesar disso, o número de mulheres nos postos de comando é tímido no Brasil. De acordo com a consultoria Bain & Company, elas representam apenas 3% dos cargos de CEO no País, considerando as 265 maiores empresas de capital aberto (os dados são referentes a 2016).

Para Socias, família e corporações andam juntas nessa questão. “É preciso que as empresas tenham mecanismos que permitam o desenvolvimento das famílias”, diz. Especificamente, ele se refere à construção de um ambiente de trabalho

e à concessão de benefícios que facilitem a conciliação entre as vidas doméstica e profissional. Um desses mecanismos é aumentar o período de licença-maternidade e estender o benefício aos homens, para que participem ativamente do dia a dia da casa. A possibilidade de se fazer trabalho remotamente – com jornadas de trabalho mais flexíveis que deem aos pais a opção de levar e buscar os filhos na escola, por exemplo – também colabora para o fortalecimento da família e, conseqüentemente, aumenta a produtividade.

A questão é que o mundo corporativo não é amigável às mulheres. Recentemente, Melinda Gates, que comanda a Bill & Melinda Gates Foundation, maior entidade filantrópica do mundo, escreveu em seu LinkedIn que as empresas estão defasadas. “O ambiente de trabalho americano foi concebido se supondo que os trabalhadores teriam companheiras que ficassem em casa fazendo o trabalho doméstico”, diz a esposa de Bill Gates, fundador da Microsoft. “Isso não era verdade no passado e, definitivamente, não é hoje.” O resultado desse cenário são mulheres sobrecarregadas, em casa e no trabalho, que produzem pouco profissionalmente, e, na outra ponta, acabam enfraquecendo a unidade familiar. “Estamos enviando nossas filhas para um ambiente desenhado para nossos pais”, definiu Melinda.

O mesmo raciocínio pode ser aplicado aos casais homoafetivos. Globalmente, a população LGBT (sigla de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) é estimada em mais de 450 milhões de pessoas. Trata-se de um universo que movimenta economicamente quase US\$ 4 trilhões por ano. No Brasil, calcula-se que existam cerca de 20 milhões de LGBTs. Entretanto, 53% deles escondem sua orientação sexual no trabalho por medo de discriminação ou por receio de que isso possa prejudicar suas carreiras, segundo dados da Human Rights Campaign, organização civil americana que advoga pelos direitos desse público. Assim como no caso das mulheres, aumentar a diversidade em relação à sexualidade se reflete nos resultados das companhias. É o que mostra um estudo realizado pelo banco Credit Suisse, com 270 empresas americanas, europeias e australianas: as que mantinham políticas voltadas para o público LGBT registraram um aumento de 6,5% nos lucros.

Para Socias, no entanto, apesar das circunstâncias pelas quais as famílias estão sendo formadas estarem mudando, o conceito de unidade



familiar permanece inalterado. “Se você olhar para o cerne dessa instituição, verá que não há muitas mudanças. As crianças devem ser, sempre, o foco de qualquer política”, afirma. “E crianças não podem crescer por conta própria, elas precisam de um ambiente familiar no qual se sintam seguras, mostrem o que precisam e também recebam o exemplo de como devem atuar.” Para ele, a sociedade deve valorizar em grande medida o esforço de um casal quando decide criar um filho. Mas o importante é que a unidade familiar ofereça esse ambiente seguro e aquilo que é necessário para a formação do indivíduo. “Eu não acho que os governos deveriam interferir no modo como as pessoas se organizam”, afirma Socias. “Não acredito que o problema esteja em definir o conceito em todos os seus detalhes. Não existe família perfeita; o que devemos fazer é ajudá-las a oferecer aquilo que a sociedade necessita.”

É por esse motivo que a ONU não adota um conceito específico de família. De acordo com Socias, isso seria impossível, dada a diversidade de culturas e tradições sociais espalhadas ao redor do mundo. A organização, no entanto, tem programas para melhor difundir os conceitos

O FORTALECIMENTO DA FAMÍLIA É CRUCIAL PARA O CUMPRIMENTO DAS 17 METAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DEFINIDAS PELA ONU, EM ESPECIAL TRÊS INSTÂNCIAS ESSENCIAIS PARA O FUTURO HUMANO: EDUCAÇÃO, DESIGUALDADE E DIVERSIDADE

de planejamento familiar, em especial por meio da United Nations Population Fund, agência de fomento à saúde reprodutiva. No âmbito do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), há um intenso trabalho em reduzir a violência doméstica. Dados da entidade apontam que, no mundo, 300 milhões de crianças entre dois e quatro anos já experimentaram alguma forma de violência física ou psicológica dentro de casa, um número alarmante. Além disso, 176 milhões de crianças dessa mesma idade vivem em um lar no qual a mulher é vítima de violência por parte do seu parceiro íntimo.

EXTREMO OPOSTO

O outro projeto de lei em tramitação na Câmara tratando da questão familiar é o PL 3369, de 2015, de autoria do deputado Orlando Silva (PCdoB/SP). No momento, ele aguarda parecer do relator na Comissão de Direitos Humanos e Minorias. Conhecido como “Estatuto da Família do Século XXI”, o projeto levantou polêmica por, supostamente, permitir a formação de famílias com mais de dois indivíduos, ou seja, poligâmicas. A polêmica se instala logo no artigo 2º da legislação: “São reconhecidas como famílias todas as

formas de união entre duas ou mais pessoas que para este fim se constituam e que se baseiem no amor, na socioafetividade, independentemente de consanguinidade, gênero, orientação sexual, nacionalidade, credo ou raça”, diz o artigo.

Um das críticas veio da Associação de Direito de Família e Sucessões (ADFAS), cuja presidente, a advogada Regina Beatriz Tavares da Silva, afirmou, em artigo, que o afeto, nesse caso, “está sendo usado como um véu para encobrir o oportunismo sexual e financeiro desses tipos de relação no Brasil”. Para ela, é inconstitucional permitir a formação de famílias com mais de duas pessoas, excluindo os filhos. “As sociedades monogâmicas são mais aptas a gerar melhor organização social e melhores benefícios econômicos, o que seria suficiente para barrar ideias de implementação da poligamia em nosso país”, diz Regina. Orlando Silva, autor do projeto, rebateu as críticas da advogada, dizendo que ela defende que todas as formas e caminhos do amor devam ser hermeticamente estabelecidas, o que não condiz com a realidade de hoje. “Há tempos que a família é reconhecida não mais apenas por critérios de consanguinidade”, diz o parlamentar. “As famílias hoje são conformadas pelo

amor, pela socioafetividade, critérios verdadeiros para que pessoas se unam e se mantenham enquanto núcleo familiar.”

A questão, novamente, é até que o ponto o Estado tem o direito interferir na forma como as pessoas tomam suas decisões. Para Socias, governos não devem interferir na vida dos indivíduos, mas, ao mesmo tempo, é dever do Estado redistribuir a riqueza, considerando todas as obrigações dos cidadãos. “Um dos problemas que eu vejo é que não dizemos às pessoas que elas são responsáveis por suas decisões”, afirma Socias. Nesse sentido, ele questiona a eficácia dos programas de transferência de renda instituídos no Brasil nos últimos governos, como o Bolsa Família. Não pelo conceito em si, mas pelo fato de não se levar em conta infraestruturas básicas de apoio à família. “Tudo bem você dar dinheiro a uma pessoa para que ela consiga manter o filho na escola. O problema é que escola essa criança irá encontrar”, afirma. Na realidade, mais importante do discutir conceitos ou transferir riquezas, é criar um sistema integrado de suporte e apoio à estrutura familiar.

O ponto crucial é que, para isso, é necessário olhar para frente e planejar, não apenas até a próxima eleição, mas 25 anos no futuro. “Infelizmente, políticos geralmente enxergam apenas até o fim do mandato”, destaca Socias. Chegará um momento, no entanto, em que decisões terão de ser tomadas. Não só em virtude das mudanças nos costumes e valores da sociedade, cada vez mais conectada e diversa, mas também das transformações demográficas. O Brasil, que já foi um país de maioria jovem, no período de uma ou duas gerações deve se tornar uma nação formada por adultos, com um número relevante de idosos. Qual será o destino da família brasileira?

&

INDECISÃO
OBRIGATÓRIA



UMA EXPOSIÇÃO PROVOCADORA: RETRATA O PAÍS SEM DEIXAR VOCÊ DE MAU HUMOR.

Manter o bom humor é um grande desafio para quem discute, acompanha, assiste e vive a nossa história recente. Mas como não somos um país sisudo nem carrancudo, UM BRASIL conta com **ADÃO ITURRUSGARAI, CACO GALHARDO E JEAN GALVÃO** para retratar seus temas e conteúdos de maneira surpreendente, crítica, ácida e até divertida. Agora, as charges mais emblemáticas desse trabalho em conjunto foram reunidas em uma exposição imperdível.

Uma coleção inusitada que lança uma provocação ao visitante: vamos olhar para o Brasil sem ficar de mau humor.

UM BRASIL

EM CHARGES

ENTRADA GRATUITA

ATÉ 30 DE ABRIL

**DE SEGUNDA A SEXTA,
DAS 9H ÀS 18H**

FECOMERCIO-SP

**RUA DR. PLÍNIO BARRETO, 285
BELA VISTA – SÃO PAULO (SP)**



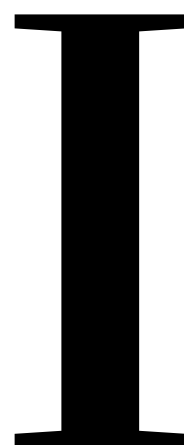


Mapa: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

GOIÁS O TREVO DO CENTRO-OESTE

Na última década, Goiás conquistou estabilidade nos indicadores econômicos. Hoje, a participação goiana no PIB nacional já é de 2,9%, e o Estado se consolidou como a nona maior economia do País. Entretanto, para se diferenciar dos vizinhos, terá que reduzir entraves logísticos e apostar em produtos de maior valor agregado.

texto FABÍOLA PEREZ



Incrustado no Centro-Oeste do País, o Estado de Goiás ganhou a alcunha de *Trevo Brasileiro*. Isso porque, ao contrário do que enfrentaram as demais economias, o desempenho das atividades goianas chamou a atenção de investidores mesmo em tempos de crise. De acordo com a Pesquisa Industrial Mensal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a indústria goiana cresceu 17% entre novembro de 2016 e novembro de 2017. Foi o maior crescimento entre 15 Estados avaliados, impulsionado pelos setores de produtos alimentícios, produtos derivados de petróleo e biocombustíveis e automóveis. O desempenho positivo faz parte de uma estratégia pensada para curto, médio e longo prazos. “Um dos principais meios para alcançar esse plano são os programas de incentivo fiscal para gerar atratividade às grandes indústrias”, afirma o economista e presidente do Conselho Regional de Economia de Goiás, André Luis Braga Rodrigues dos Santos. “A indústria é o motor de qualquer país, e o Estado quer se industrializar há um bom tempo.”

Um de seus principais atrativos é a localização geográfica privilegiada. Goiás faz fronteira com Tocantins, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Bahia. “Estamos no centro do País, por isso, temos fácil conexão com todas as regiões”, afirma Santos. Esse fator contribui fortemente para ampliar o relacionamento comercial com o mercado interno. “Compramos muitos produtos do Sudeste e vendemos para os Estados do Norte e Nordeste”, diz o economista e gestor governamental do Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos, órgão vinculado à Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento, Marcos Arriel. Outro fator facilitador é a proximidade com Brasília. Ao lon-

go das décadas, a construção da cidade se tornou uma mola propulsora do desenvolvimento em Goiás, que se beneficiou da infraestrutura arquitetada para atender à capital. “Isso fez com que fornecedores de diversos setores despertassem interesse nessa região, o que incentivou o nascimento de um novo eixo consumidor.” Graças a essa estrutura econômica beneficiada, Goiás conseguiu amenizar os efeitos nefastos da crise econômica, e, desde o ano passado, o governo, em parceria com a iniciativa privada, planeja metas para alavancar a economia goiana.

Segundo o Instituto Mauro Borges, a economia de Goiás corresponde atualmente a 2,9% do Produto Interno Bruto (PIB) de todo o País e se consolida como a nona maior do Brasil, atrás dos Estados do Sudeste e do Sul, Bahia e Distrito Federal. Em dezembro do ano passado, membros do governo desenvolveram o Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiás, elaborado pela consultoria Macroplan, para aumentar a competitividade nos próximos 20 anos. A ideia é ambiciosa: Goiás quer se posicionar entre os cinco Estados mais desenvolvidos do território nacional, com avanços não somente no PIB, mas também nos indicadores sociais – como saúde, segurança, educação, sustentabilidade e qualidade de vida. A estimativa para o PIB goiano em 2018 é chegar aos R\$ 27,1 mil, e a meta é chegar a 2038 com a ambiciosa marca de R\$ 55,9 mil, valor semelhante ao PIB do Uruguai. Outra meta se refere à educação. Dados de 2015 revelam que a taxa de jovens com ensino superior é de 18,6%. No planejamento estimado, pensa-se em se aproximar do percentual dos países da Comunidade Europeia, de 41,6%. “O plano precisa solucionar os grandes entraves ao desenvolvimento, e um deles, que afeta todos os setores, é a baixa qualificação da mão de obra”, afirma Santos.

META DE GOIÁS É AUMENTAR A COMPETITIVIDADE NOS PRÓXIMOS 20 ANOS PARA SE POSICIONAR ENTRE OS CINCO ESTADOS MAIS DESENVOLVIDOS DO PAÍS, INCLUSIVE EM INDICADORES SOCIAIS

SETORES EM EXPANSÃO

A estrutura produtiva está calcada em três eixos. Apesar da força do agronegócio, o setor de serviços predomina, representando 65,6% da produção. Em segundo lugar, a indústria tem uma participação de 23,8% no PIB goiano. Por fim, o segmento agropecuário, com 10,7%. “Todas as atividades de transporte, armazenagem e comercialização envolvem o setor de serviços”, afirma o economista. A relevância da agropecuária, por exemplo, dá-se porque a produção de carnes e grãos impulsionam as exportações. Goiás é hoje o quarto produtor nacional de grãos, e os principais produtos são soja, milho, cana-de-açúcar, algodão, entre outros. O rebanho bovino corresponde à imensidão que se vê em imagens aéreas: são 21 milhões de cabeças, fazendo do Estado o terceiro maior produtor do País. Na década de 2000, o setor cresceu significativamente com a chegada de grandes empresas que se instalaram na região. Para se ter uma ideia, a JBS, maior companhia do mundo em proteína animal, nasceu na década de

1950, em Anápolis. O segmento passou a abastecer refeitórios de grandes empreiteiras em Brasília. O negócio tomou proporções ainda maiores com o *boom* de crescimento da nova capital e não tardou em decolar.

Para subir degraus entre as economias mais produtivas do País, a indústria tem papel fundamental. Uma das estratégias para garantir a sustentação desse pilar é o incentivo fiscal. Mas a medida ainda gera discordâncias. “Ao mesmo tempo em que atrai empresas, os incentivos também diminuem as receitas dos municípios”, pondera Santos. “Mas, hoje, Goiás está muito mais populoso, conseguiu criar uma demanda constante de serviços, e o empresário enxerga essa mudança”, afirma o economista. Nesse sentido, Anápolis, cidade a menos de 60 quilômetros de Goiânia, apresenta uma dinâmica interessante. O Distrito Agroindustrial de Anápolis (Daia) reúne mais de 20 indústrias farmacêuticas e é o segundo mais importante polo farmoquímico

do País. Esses laboratórios produziram mais de 15 bilhões de comprimidos em um ano. Atualmente, mais de 10 mil pessoas trabalham no Daia. O espaço foi criado em setembro de 1976, com o objetivo de agregar valor às produções agropecuária e mineral da região. Trata-se de uma área com 593 hectares, localizada no marco zero da ferrovia Norte-Sul.

O grande impulso para o projeto veio em 1980, quando o governo estadual insistiu no programa de incentivo fiscal Fomentar, que concede crédito de ICMS às indústrias que se instalassem em Goiás. O período, contudo, não era de grande estabilidade. Pelo contrário, o programa teve de passar por modificações para se adaptar ao período marcado pela escalada da inflação. As condições de infraestrutura e logística, porém, tornaram-se aspectos culminantes para o escoamento da produção. Estão presentes hoje no Daia os laboratórios Teuto, Neoquímica, Greenpharma, Novafarma, AB Farmoquímica, Melcon (com participação do Aché), entre outros. Além de fábricas, o distrito dispõe de uma estação aduaneira do interior, ou Porto Seco. “Ao chegar ao local, as empresas economizam no valor do armazenamento, o custo de armazenagem é menor do que se os produtos esperassem para ser exportados pelo porto de Vitória ou de Santos”, explica Arriel. “Mas o Estado está fazendo um plano de longo prazo para criar um centro de pesquisa e investir em capital humano.” Hoje, segundo especialistas, apesar de o Estado possuir universidades de referência, a mão de obra para sustentar esse tipo de projeto ainda é insuficiente.

Exemplo de empresa que chegou ao território brasileiro e pousou em Anápolis é a montadora chinesa Chery, que, em novembro do ano passado, anunciou que deverá gerar até seis mil empregos diretos e indiretos. Vale lembrar que o Estado já conta com a Hyundai e linhas de montagem da John Deere, da Mitsubishi e da Suzuki. Com isso, Goiás passa a ser o terceiro maior polo automotivo do País. Ainda no setor industrial, ocupa o segundo lugar como maior produtor nacional de cana-de-açúcar. Não à toa, é também o segundo maior na produção de etanol. Hoje, existem 35 usinas em atividade. A mineração, apesar de não contar com tanta expressividade, vem recebendo destaque para também atrair investidores. Em maio do ano passado, diversas empresas minerais que atuam no Estado anunciaram investimento de US\$ 750 milhões em projetos de exploração, ampliação e pesquisa mi-

Estados Unidos, Alemanha, Japão, Coreia do Sul e China. Grande parte é de itens para montadoras de veículos, máquinas agrícolas, insumos para a indústria farmacêutica e fertilizantes.

O QUE VEM PELA FRENTE

Goiás tem gargalos estruturais semelhantes aos demais Estados brasileiros. Mas o grande diferencial é que, segundo especialistas em administração pública, o ajuste de contas foi realizado de forma antecipada. Goiás fez um severo ajuste nas despesas levando em conta o cenário de crise e a tendência de crescimento das despesas. Foi avaliado, ainda em 2014, um conjunto de medidas para reduzir o número de secretarias, extinguir cargos comissionados e suspender contratos temporários. Isso permitiu que o Estado mantivesse em dia o pagamento de contratos, a continuidade dos investimentos e a regularidade da folha de pagamento. Quando a crise se agravou, entre 2015 e 2016, houve um novo “aperto de cintos” nas despesas públicas com a aprovação do chamado “Orçamento Realista”, que revia os valores de contratos de prestação de serviço. Os impactos vieram, mas essa reforma nos gastos e a estabilidade do agronegócio ajudaram o Estado a sobreviver em um momento que muitos começaram a afundar. “Em Goiás, [a recessão] afetou a indústria de medicamentos e a montagem de veículos, já que ambas as atividades precisam de itens importados que tiveram o preço alterado em função da alta do dólar.”

De acordo com o economista, a agropecuária salvou a economia local. Isso porque se trata de uma ampla rede de atividades. “Tivemos PIB negativo em 2015 e 2016”, diz. “Neste ano, o PIB do País deve crescer em torno de 1% e nós devemos registrar um crescimento superior ao dobro da média nacional”, prevê. Somente nos últimos meses, o comércio vem dando sinais de retomada, graças à recuperação da renda das famílias. Uma das urgências é enriquecer a pauta de exportação. “Precisamos agregar mais valor aos nossos produtos”, diz Santos. A maior parte dos produtos é exportada *in natura*. Também é importante o investimento em capital humano. “Não adianta apenas empresas, é preciso investir em ciência e tecnologia para darmos um salto qualitativo”, afirma Arriel. Por isso, a geração de empregos é outro aspecto contemplado pelo plano de metas. Os acordos preveem a criação de 20 mil vagas distribuídas nos municípios de todas as regiões do Estado.

Um aspecto que ajudaria muito Goiás a ganhar notoriedade em relação aos demais Esta-

Berço da maior companhia de proteína animal do mundo, Anápolis também abriga montadoras de automóveis e indústrias farmacêuticas



Sergio Lima/Folhapress

neral. Elas se uniram também para a criação de um Centro de Desenvolvimento de Tecnologias para a Mineração na cidade de Catalão. O local tem como objetivo a geração e difusão do conhecimento e inovação tecnológica por meio do desenvolvimento de pesquisas em geologia, com o apoio da Universidade Federal de Goiás (UFG).

Em uma década, Catalão se transformou em um polo industrial. A oferta de mão de obra abastece fornecedores de máquinas e equipamentos. São cerca de 50 empresas instaladas no distrito industrial da cidade. “A indústria da mineração é bem diversificada”, afirma Arriel. Esse conjunto de atividades fez Goiás, nos últimos anos, apresentar um bom desempenho exportador. Em 2016, segundo dados do Instituto Mauro Borges, as exportações somaram US\$ 5,9 bilhões, e as importações, US\$ 2,6 bilhões. Ainda que a variedade da pauta exportadora reflita as vantagens competitivas do Estado, ela ainda se concentra em produtos básicos, sobretudo commodities agrícolas e minerais, como soja, carne, milho e cobre. É importante que, na última década, houve um avanço na exportação de produtos industrializados, o que valoriza a balança comercial goiana. “Em 2016, os industrializados representaram 31,7% do total exportado”, afirma o economista. China, Países Baixos, Índia, Itália e Rússia foram os principais destinos dos produtos. Do outro lado, os principais produtos importados vêm de

dos do Centro-Oeste é o sistema de transporte. Para funcionar bem como o “trevo” da região e ter capilaridade em todos os vizinhos fronteiriços, governo e iniciativa privada precisam investir na conclusão de diversos trechos de rodovias e ferrovias que cortam o seu território. No que diz respeito às rodovias, a artéria que atravessa o território goiano é a BR-153. O trecho que liga Goiânia a Itumbiara, na divisa com Minas Gerais, está duplicado. Entretanto, em direção ao norte havia uma concessão para que a Queiroz Galvão fizesse a duplicação. Com o contrato cancelado, esse é um dos principais gargalos do sistema logístico. Outra importante rodovia, a BR-060, que liga Goiânia a Jataí (município localizado no sudoeste, região que a agropecuária se desenvolve), tem apenas esse trecho duplicado. De Jataí ao Mato Grosso do Sul não há trechos duplicados. Outro projeto de suma importância para o desenvolvimento goiano é o término da Ferrovia Norte-Sul. Ela foi concebida com 991 quilômetros, mas até hoje apenas o trecho que

liga Anápolis ao Maranhão foi concluído. “Ela é subutilizada e ajudaria a escoar a produção, deixando os produtos com preços muito mais competitivos”, afirma Arriel. Hoje, a produção de grãos escoia basicamente por meio de rodovias que fazem o transporte até o Porto de Santos, em São Paulo. A exportação de carnes é feita por Santa Catarina.

Uma estrutura de transportes interessante é o Porto Seco goiano. Trata-se de um terminal de uso público destinado à armazenagem e à movimentação de mercadorias nacionais, importadas e destinadas à exportação. Situado na cidade de Anápolis, ele é a melhor localização do interior brasileiro, já que está a 53 quilômetros da capital e a 159 de Brasília, próximos de importantes rodovias. Esse complexo logístico poderá colocar a cidade na rota dos grandes projetos logísticos do País. Antes desse salto, porém, as autoridades estaduais precisam criar soluções para resolver problemas que dão visibilidade negativa ao Estado. Em janeiro, Goiás ganhou des-

taque em função de três rebeliões no Complexo Penitenciário de Aparecida de Goiânia. Entidades de diversas áreas se uniram para argumentar que o governo tratou a questão prisional com negligência. A crise provocou a necessidade de uma resposta urgente para o problema. Não há como igualar o PIB do Estado com países como o Uruguai e aproximar os índices de educação aos europeus sem abordar com a devida relevância a crise penitenciária.

O turismo também merece mais atenção. Goiás possui pelo menos dez regiões que reúnem interessados em ecoturismo. Um dos maiores atrativos são a Chapada dos Veadeiros e o Parque Nacional das Emas, o segundo mais importante sítio arqueológico do Brasil. Além do turismo de lazer, a região passou a se destacar nos últimos anos pelo turismo de negócios. “São empresários e investidores que chegam em busca dos novos postos de trabalho e de incentivos fiscais e em função dos distritos industriais”, explica Santos. Assim, para fazer jus à alcunha de *Trevo Brasileiro* (ou *do Centro-Oeste*), Goiás precisa, além de perseguir as metas criadas para 2038, correr atrás de sanar gargalos históricos que ficaram pelo caminho.

&

A

A ARQUITETURA DA DESIGUALDADE NO BRASIL

A máquina pública brasileira foi desenhada e construída para concentrar poder, renda e educação nas mãos daqueles que já os têm. Isso se reflete nas desigualdades social, econômica e espacial do País com um indicador GINI de 52,87, comparável a Ruanda e Honduras. Aqui, o Estado tem sido incrementalmente constituído para favorecer as classes dominantes e levar as lideranças populares que ascendem ao poder a se tornarem novas aristocracias.

A arquitetura da desigualdade se manifesta de três formas principais: na rede de serviços sociais, na estrutura fiscal do País e nos espaços físico e digital.

É justo dizer que nosso sistema educacional é feito para não funcionar. Em vez de darmos as mesmas oportunidades para todos a partir da primeira infância – o estágio de desenvolvimento mais importante para equidade educacional, como provado por James Heckman – e continuar com equidade de oportunidades durante os ensinamentos fundamental e médio até um sistema híbrido público e privado no ensino superior. Essa é uma estratégia de fluxo de desenvolvimento humano, como fazem todos os sistemas de alta performance no mundo, de acordo com o ranking dos 20 melhores colocados no Pisa (OCDE).

No Brasil, o ingresso ao ensino superior é feito apenas por vestibulares, que é uma verdadeira corrida em que os filhos da elite que tiveram acesso a escolas privadas (21,5%, segundo dados do Censo Educacional do IBGE) competem desigualmente com os filhos do restante da população, que teve acesso a um sistema público depauperado. Medidas como as cotas e o Prouni são importantes, mas precisam ser mais eficientes e de caráter transitório. Simultaneamente, é preciso desenvolver uma estratégia de fluxo para o desenvolvimento humano

que transforme nosso sistema, aumentando a equidade de oportunidades para todos.

Os impactos da nossa falta de educação crescem com a nossa desigualdade para empreender. Se você é um pequeno prestador de serviços no Brasil, que quer se regularizar, mas esbarra na burocracia e nos custos para abrir uma empresa, a carga de impostos soma 27% sobre o valor do serviço. Quem tem condições financeiras e pode abrir uma empresa pagará em torno de 15%. Para a elite financeira brasileira, a porcentagem pode chegar a zero, bastando abrir um fundo de investimento, ganhando dinheiro em cima de dinheiro com pouco trabalho. Essa realidade perdurou da mesma maneira nos governos do PSDB e do PT.

Toda essa desigualdade de acesso a serviços sociais, como educação, saúde, segurança, emprego, renda e empreendedorismo, é traduzida na capacidade de voz política das pessoas. Desde que a política se traduz diretamente em espaço nas cidades, onde vivem 85% dos brasileiros, observa-se que comunidades com acesso a educação e renda conseguem influenciar o Poder Legislativo de acordo com seus interesses, enquanto que em comunidades mais pobres a voz política da população não consegue influenciar o mínimo de infraestrutura, equipamentos e espaços públicos necessários, como vemos pelas favelas do Brasil e também nas áreas rurais.

Isso aponta que existe democracias social, econômica e espacial no Brasil, mas apenas para os mais ricos. O único caminho para mudar essa realidade, desenhar e construir um Brasil melhor é a renovação política com princípios, inovação e diversidade. Precisamos que lideranças da sociedade civil disputem o poder políticos com a corrupta classe atual agora em 2018, acreditando que vencê-los é possível nas assembleias, passando pelo Congresso e chegando nas majoritárias.

&



PEDRO HENRIQUE DE CRISTO

é presidente do Instituto Brasil 21, fundador do +D Arquitetura & Urbanismo, mestre em Políticas Públicas na Universidade Harvard, palestrante filiado da Universidade Harvard e professor de Arquitetura e Desenho Urbano da Universidade EAFIT-Medellin

publicis

GRADUAÇÃO EAD SENAC
CONQUISTE SEU DIPLOMA
ESTUDANDO ONDE
E QUANDO VOCÊ QUISER.

Descontos especiais
para comerciários
e seus dependentes*.

www.ead.senac.br/graduacao

CONHECIMENTO

NO RITMO
DO PAULO


Senac
O MELHOR ENSINO
A DISTÂNCIA DO PAÍS.

*Para saber mais, acesse www.sp.senac.br/descontocomerciarior

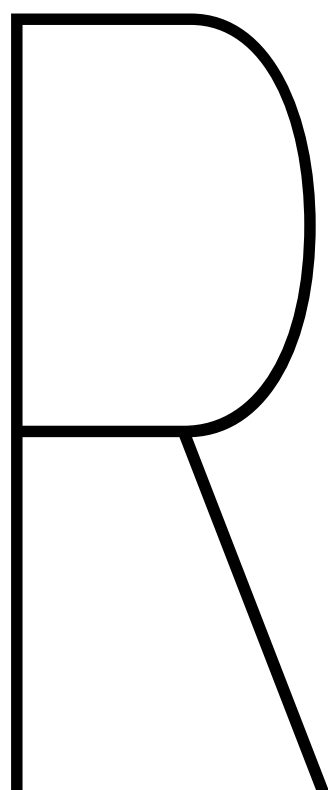


Fotos 1 e 4: Marcelo Magnani; fotos 2 e 3: Sergio Zacchi

UM HÁBITO QUE PRECISAMOS CULTIVAR

DE ACORDO COM A PESQUISA “RETRATOS DA LEITURA NO BRASIL”, NESSE QUESITO NÃO ESTAMOS BEM NA FOTO: POUCO MAIS DA METADE DA POPULAÇÃO (56%) PODE SER CONSIDERADA LEITORA DE ACORDO COM OS CRITÉRIOS DO ESTUDO, OU SEJA, TER LIDO PELO MENOS UM LIVRO, INTEIRO OU PARCIALMENTE, NOS TRÊS MESES QUE ANTECEDERAM O LEVANTAMENTO. A LITERATURA TEM UM CONTINGENTE ENORME DE BRASILEIROS A CONQUISTAR. A BOA NOTÍCIA É QUE MUITAS AÇÕES PELO PAÍS AFORA ESTÃO EMPENHADAS NESSA TAREFA.

texto IRACY PAULINA



Realizada desde 2000, a pesquisa “Retratos da Leitura no Brasil”, promovida pelo Instituto Pró-Livro (IPL) e executada pelo Ibope Inteligência, mostra que a quantidade média de livros que o brasileiro acima de cinco anos de idade lê por ano não chega a cinco exemplares [veja quadro]. A mais recente edição do estudo ouviu 5.012 pessoas em todo o País em 2015. “Esse índice avançou muito pouco desde que iniciamos o levantamento”, aponta Zoara Failla, coordenadora do IPL. Se por um lado mostra um cenário pouco animador, por outro, a pesquisa dá pistas de como podemos virar esse jogo.

Vencer as barreiras que emperram o avanço nesse terreno requer o empenho de toda a sociedade. Para o presidente da Câmara Brasileira do Livro (CBL), Luís Antonio Torelli, é necessário ampliar os canais de acesso para que os livros cheguem até os leitores potenciais. Ele explica que em um país com dimensões continentais como o Brasil faltam livrarias – são apenas 1,35 mil lojas, concentradas nas regiões Sul e Sudeste. E, dependendo do município, nem sempre esse negócio é rentável o suficiente para estimular um empreendedor a investir nele.

Daí a importância de políticas públicas que incentivem o acesso aos livros. Uma das mais ambiciosas foi o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), criado em 1997 pelo governo federal e suspenso em 2014. De 2000 a 2014, o governo comprou cerca de 230 milhões de exemplares de títulos para abastecer estabelecimentos da rede pública de ensino básico. “O Ministério da Educação suspendeu o programa para cortar gastos e sob a alegação de que as bibliotecas escolares já estavam bem abastecidas”, afirma Torelli. Existe, porém, a necessidade de mantê-las atualizadas. Tanto que na pesquisa “Retratos da Leitura no Brasil”, uma das

razões apontadas pelos pesquisados para não frequentar bibliotecas é o fato de não acharem novidades nas estantes.

Outra medida veio com a Lei n.º 12.244, aprovada em 2010, segundo a qual até 2020 todas as escolas brasileiras devem ter uma biblioteca. “O próprio Ministério da Educação não acompanha isso. Além disso, a lei é bastante vaga, não determina como deve ser essa biblioteca, não estipula penalidades para as prefeituras quem não cumprirem a determinação”, alerta o presidente da CBL.

CONSTRUÇÃO DO HÁBITO

Para os especialistas, plantar a semente do gosto pela leitura nas crianças é um dos caminhos mais acertados. Segundo a pesquisa do IPL, o comportamento leitor começa a ser construído na infância. “É um fator primordial para isso é a mediação, especialmente na família e na escola”, explica Zoara. Dos entrevistados em 2015 no levantamento, 30% responderam que o gosto pela leitura foi estimulado por alguém – principalmente por mãe ou responsável do sexo feminino (11%) ou professor e professora (7%).

Nas famílias, o hábito da leitura é estimulado quando os pais adotam uma rotina de ler sempre para seus filhos desde a mais tenra idade e também quando eles próprios dão o exemplo, mostrando que são leitores regulares. Às escolas, cabe complementar esse trabalho, apresentando a atividade não como uma obrigação, mas como algo prazeroso, que abre portas para o desenvolvimento pessoal. “Infelizmente, a gente tem percebido que a escola não está conseguindo esse objetivo. Em geral, o professor também lê pouco e não conta com um repertório diversificado, o que acaba tornando as atividades em sala de aula pouco atraentes para o aluno”, pontua Zoara. Para estimular ações que tentem quebrar essas barreiras, a instituição que ela coordena criou o Prêmio IPL – Retratos da Leitura, em 2016.

PRÁTICAS INSPIRADORAS

A ideia do Prêmio IPL é jogar luz sobre boas práticas de fomento ao hábito da leitura que possam ser replicadas Brasil a fora. Uma das iniciativas premiadas na primeira edição, a campanha Leia Para Uma Criança, da Fundação Itaú Social, foca justamente em estimular o papel do mediador para a formação de futuros leitores. “A campanha convida os adultos a participar ativamente da educação das crianças lendo para elas desde a primeira infância”, explica a especialista em

mobilização social da fundação, Claudia Sintoni. Uma das ações desenvolvidas pela campanha é a distribuição para a população em geral, a cada ano, da coleção Itaú Criança, composta por dois livros infantis. Em 2017, reuniu *O menino azul*, de Cecília Meireles, e *Em cima daquela serra*, de Eucanaã Ferraz. O processo para a coleção deste ano atraiu 240 editoras que inscreveram 602 títulos infantis. A fundação deverá adquirir até 4 milhões de exemplares dos dois títulos, de prosa e poesia, para crianças de zero a cinco anos de idade, além de 20 mil exemplares em Braille. Desde 2010, já foram distribuídos cerca de 45 milhões de livros. Há ainda a coleção “Kids Books Itaú Criança”, que pode ser acessada no link www.euleioparaumacrianca.com.br. Os funcionários do Itaú também são estimulados a participar do projeto, atuando como mediadores de leitura em organizações sociais, escolas públicas, bibliotecas comunitárias e creches.

Outro vencedor do Prêmio IPL, em 2016, foi o projeto Bibliotecas Comunitárias do Futuro – Ler é Preciso, desenvolvido pelo Instituto Ecofuturo, mantido pela Suzano Papel e Celulose. Criado em 1999, o projeto implanta bibliotecas, preferencialmente em escolas, em colaboração com a tal Lei n.º 12.244. “A prefeitura deve fornecer o espaço físico e reformá-lo, e a iniciativa privada custeia o mobiliário, o acervo e os cursos de formação de auxiliares de biblioteca e de 30 promotores de leitura, entre professores e representantes da comunidade local”, explica Vanessa Espindola, do Instituto Ecofuturo e responsável pelo projeto.

Ela conta que o engajamento da comunidade local é um dos pilares da ação. “A biblioteca deve atender não apenas à escola, mas aos moradores do entorno. É um acordo que fazemos com a prefeitura”, informa. O acervo começa com mil exemplares; 70% dos títulos são escolhidos da indicação da Fundação Nacional

ENTRE NÃO LEITORES: RAZÕES PARA NÃO LER

Falta de tempo	32%
Não gosta de ler	28%
Não sabe ler	20%
Não tem paciência para ler	13%
Prefere outras atividades	10%
Tem dificuldades para ler	9%
Se sente muito cansado para ler	4%
Não há bibliotecas por perto	2%
Acha o livro caro	2%
Não tem dinheiro para comprar livro	2%
Não tem lugar para comprar livro onde mora	1%
Não tem lugar apropriado para ler	1%
Não tem acesso permanente à internet	1%
Não sabe/não respondeu	23%

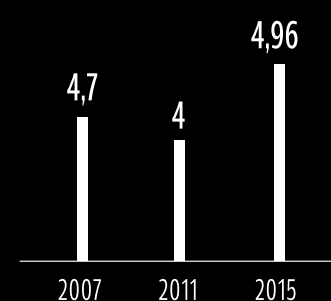
ENTRE OS LEITORES: RAZÕES PARA NÃO TER LIDO MAIS

Falta de tempo	43%
Prefere outras atividades	9%
Não tem paciência para ler	9%
Não há biblioteca por perto	8%
Acha livro caro	7%
Se sente muito cansado para ler	7%
Não gosta de ler	5%
Não tem dinheiro para comprar livro	5%
Tem dificuldade para ler	5%
Não tem lugar para comprar livro onde mora	3%
Não tem lugar apropriado para ler	3%
Não tem acesso permanente à internet	1%
Não sabe/não respondeu	1%
Não gostaria de ter lido mais	23%

Fonte: Retratos da Leitura no Brasil – 4ª edição

ESTIMATIVA DE LIVROS LIDOS PELOS BRASILEIROS POR ANO

Livros por habitantes



Fonte: Retratos da Leitura no Brasil – 4ª edição

GÊNEROS MAIS VENDIDOS

29,54%

Infantil, juvenil e educacional

20,34%

Não ficção

31,02%*

Não ficção especialista

19,10%

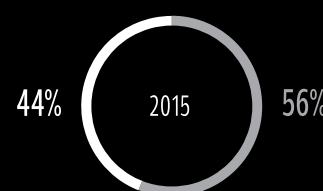
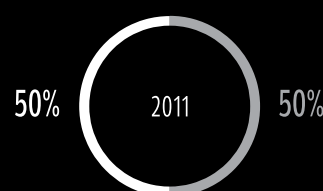
Ficção

*Crescimento de 20,6% em relação a 2015. Nesse segmento, ganharam importância títulos sobre gerenciamento e negócios (269%) e concurso público (194%).

Fonte: Painel das Vendas de livros no Brasil – Resultados: 2016 x 2015 / Sindicato Nacional dos Editores de Livros (Snel) / Nielsen

ÍNDICE DE LEITURA NO BRASIL

Porcentual de brasileiros acima de cinco anos de idade considerados leitores (leram pelo menos um livro nos últimos três meses antes da entrevista)



■ LEITORES
■ NÃO LEITORES

do Livro, ou seja, são gabaritados por especialistas. Os 30% restantes atendem à demanda da comunidade, comprados de uma lista de livros que os usuários gostariam de ter disponíveis na biblioteca. O programa já implantou 109 bibliotecas em 12 Estados, a maioria em Pernambuco, Bahia, Maranhão e São Paulo. “Nosso trabalho não se resume à entrega, acreditamos que é importante democratizar o acesso ao livro. Por isso, temos um sistema de monitoramento online da rede já em funcionamento, que permite saber como ela está sendo aproveitada com base em dados sobre visitação, quantidade de empréstimos de livros, entre outros”, observa.

PAINEL DE BOAS IDEIAS

Com o objetivo de ampliar a divulgação de iniciativas como essas e colher inscrições para a segunda edição do Prêmio IPL, em 2017, o instituto lançou a Plataforma Pró-Livro. A ideia é valorizar ações de promoção da leitura desenvolvidas no Brasil inteiro, compartilhar experiências que possam contribuir para fomentar o comportamento leitor do brasileiro. A inscrição dos projetos é feita pelo site, e os concorrentes podem ser de autoria do governo, de instituições de ensino ou de entidades da sociedade civil. “Temos uma média de 10 mil acessos por mês. O cadastramento começou em abril e já há 300 participantes de todos os cantos do Brasil. Qualquer movimento voltado para promover a leitura pode ser importante, pois, mais que um leitor, está formando um cidadão, uma pessoa mais crítica”, conclui Zoara. Essa riqueza de ideias pode ser comprovada com os 36 finalistas da segunda edição do Prêmio IPL Retratos da Leitura, escolhidos entre 114 inscritos.

Interessante é ver que essas iniciativas estão acontecendo em todas as regiões do País. Vem de Pernambuco o finalista Festa da Palavra, um projeto desenvolvido pela psicóloga e escritora Patrícia Vasconcelos, de Recife, em parceria com a editora artesanal Caleidoscópio. A Festa da Palavra é um evento que acontece durante três dias, em outubro, na área rural de Lagoa dos Gatos (PE), cidadezinha a 50 quilômetros de Caruaru. “É a cidade natal de minha mãe e tem apenas 16 mil habitantes. Comecei emprestando livros na feira e realizando saraus literários. Como 49,4% da população não são alfabetizados, também promovia contação de histórias em torno da fogueira, para o resgate da oralidade”, lembra Patrícia.

MERCADO DIGITAL

Apesar do crescimento na venda de e-books, o comércio de livros digitais ainda não se popularizou. É o que sinaliza o Censo do Livro Digital – Ano-base 2016, pesquisa feita em parceria entre a Câmara Brasileira do Livro (CBL), o Sindicato Nacional dos Editores de Livros (Snel) e a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe). Das 794 editoras questionadas, só 294 produzem e comercializam conteúdo digital (37%). O faturamento total com esse produto, em 2016, ficou em R\$ 42,5 milhões, o que representa apenas 1,09% do mercado editorial brasileiro – excluindo-se as vendas ao governo. Não foram incluídas nessa pesquisa a Amazon, a Saraiva e a Cultura, que não divulgam seus números. “Estranhamente, o mercado do digital engatinha, não só aqui, mas no mundo todo, com exceção dos Estados Unidos”, diz o presidente da CBL, Luís Antonio Torelli. “Achei que os livros digitais ajudariam na formação de novos leitores, mas só estão atingindo os que já têm o hábito da leitura.”

Com a entrada da Caleidoscópio e o engajamento da comunidade local, a partir de 2014 passaram a realizar a Festa da Palavra, quando são promovidos diversos momentos de comunhão com o livro. Um deles é a Sopa de Letras, quando os participantes podem degustar uma sopa comunitária e livros, acomodados em mesinhas dispostas em varandas ou sob a sombras das árvores. O projeto também montou uma pequena biblioteca na zona rural. “Procuramos trazer também escritores pernambucanos para conversar com o público”, explica a criadora do evento. Mesmo sem muitos recursos, a ideia vem rendendo frutos. “Quando iniciamos, emprestavamos em média uns 200 exemplares na feira. Agora, já chegamos à marca de 700”, conta Patrícia.

Em Porto Alegre, o Programa Adote um Escritor, vencedor do Prêmio IPL 2017 na categoria Cadeia Produtiva, foca na formação de leitores na rede pública de ensino. Iniciado em 2002, é fruto da parceria entre a Câmara Rio-Grandense do Livro e a Secretaria de Educação do município. “Trata-se de um programa que leva autores de literaturas infantil e juvenil às 99 escolas da rede municipal de Porto Alegre”, descreve a coordenadora do Núcleo de formação de Mediadores de Leitura da Câmara Rio-Grandense do Livro, Ana Paula Cecato. O programa também faz o transporte escolar para visitação à Feira do Livro de Porto Alegre, cuja programação infanto-juvenil é voltada para a formação de leitores. Até 2016, a prefeitura destinava, ainda, um cartão no valor de R\$ 50 para os servidores da Secretaria comprar livros na Feira, para atualização do acervo da biblioteca escolar e compra de bens permanentes para os espaços de leitura.

Bem desenhado, o programa atinge seus objetivos. “Quando falamos em leitura, os resultados são majoritariamente de ordem qualitativa, pois contribui consideravelmente para a formação e qualificação de práticas leitoras nas escolas. Os encontros envolvem, diretamente, 15 mil alunos e 1,5 mil professores da rede municipal de Porto Alegre. Mas beneficiam indiretamente a totalidade dos 50 mil alunos e 5 mil professores, além das famílias e dos funcionários da escola, que são favorecidos com a atualização do acervo e do espaço da biblioteca”, esclarece Ana.

Mesmo com essa abrangência, a continuidade do projeto pode estar comprometida em decorrência da limitação no repasse de verbas pela prefeitura, às voltas com uma crise financeira. “Depois de muitos protestos, a prefeitura desti-

nou às escolas apenas 20% do valor alocado em 2016 para esse projeto”, conta Sônia Zanchetta, da comissão executiva da Feira do Livro de Porto Alegre (RS). Como a verba é insuficiente, a Frente Parlamentar de Incentivo à Leitura conseguiu aprovar uma emenda que destina R\$ 400 mil ao Adote, mas que depende de sanção do prefeito.

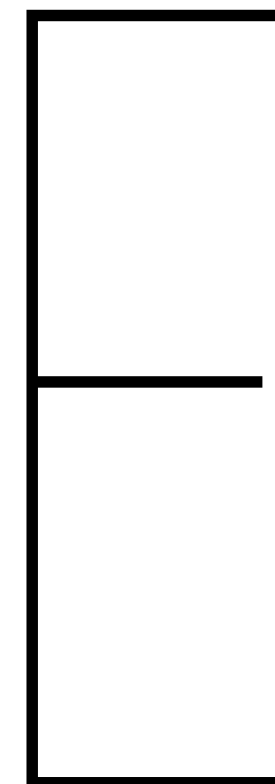
Outra iniciativa premiada em 2017 pelo IPL faz diferença no bairro de Benfca, em Juiz de Fora (MG), situado numa região distante do centro da cidade e com altos índices de violência. Ali funciona há 32 anos a Biblioteca Delfina Fonseca Lima, que atendia principalmente a pesquisas escolares e oferecia poucos projetos de interação com a população do entorno. “Em 2015, instituímos ações diretas de incentivo à leitura com práticas cotidianas de mediação e criamos um novo espaço infanto-juvenil”, explica o coordenador da biblioteca, Cristiano Fernandes.

Tudo começou com um levantamento do acervo, dos leitores assíduos e dos parceiros. Para conquistar novos leitores, visitaram as escolas da região apresentando um plano de ação que envolvia desde visitas guiadas à biblioteca, aulas livres e aulas planejadas até sessão e cursos de contação de histórias, saraus e encontro de educadores. Também criaram uma página em rede social para promoção das ações realizadas. “Para motivar a visita à biblioteca, fizemos um intercâmbio com as escolas, levando até elas algumas ações enquanto elas se comprometiam a trazer os alunos até nós em horários agendados”, relembra ele. Os resultados positivos não tardaram. “Até meados de 2015, nossa média de público mensal era de 500 ou 600 pessoas. Em dois anos, conseguimos duplicar esses números, atingindo uma média de 1,2 mil pessoas por mês”, festeja Fernandes. É mais um exemplo de que podemos, sim, sonhar em transformar o Brasil num país de leitores. Boas ideias para atingir essa meta não faltam. Basta investir ainda mais nelas e replicá-las.

&

AS DORES DO ENSINO

texto ROSEANE SANTOS



que estava preso com pessoas gritando que me matariam caso eu saísse. Depois que anunciei na internet, falei para os policiais: 'Agora todo mundo sabe o que está acontecendo. Só assim vocês vêm até a escola'", lembra José.

Hoje, o professor vive como refugiado dentro de seu país. Ele abandonou a casa onde morava na Baixada Fluminense e procura abrigo em residências de amigos e familiares. Nunca permanece por muito tempo em um mesmo lugar. Acostumado a lecionar para cerca de 240 alunos por ano, o mestre foi vítima também de ameaças por pichações em sua rua. Uma delas o chamava de "X-9" (gíria conhecida para identificar delatores), uma referência ao fato de ele ter chamado a polícia. A outra, com a intenção clara de aumentar a tortura psicológica, dizia: "Sabemos onde você está". Se o que eles queriam era aterrorizá-lo, conseguiram. "Eu passei a tomar remédios, a psiquiatra me ajuda e tenho fé em Deus. Não nasci para ser covarde, mas também não quero ser um defunto. Procuro manter o sorriso, mas agora já não tenho tanta vontade de voltar às salas de aula", confessa.

SALAS VIOLENTAS

Em uma quarta-feira, faltando menos de cinco minutos para terminar a aula, o professor José Albuquerque escutou um burburinho entre duas alunas. As provocações não eram novidade, mas naquele dia tudo indicava que a situação chegaria ao limite. Como bom conciliador, o docente tentou acalmar os ânimos e até conseguiu, embora por pouco tempo. Logo depois, uma frase ecoou na sala: "Eu vou te pegar lá fora. Acabo com você", ameaçou uma das adolescentes. José ficou mais algumas horas no colégio, sem imaginar o tamanho da "pancadaria" promovida pelas estudantes na porta do estabelecimento onde trabalhava.

A surpresa maior, porém, veio no dia seguinte: o profissional de 50 anos de idade e 35 de magistério se viu cercado por homens armados que o ameaçavam de morte. Até hoje ele não sabe ao certo a versão que sua aluna contou para a família. "Liguei para a polícia e eles falaram que não atenderiam, afinal não havia nenhum ferido, ninguém havia morrido. Coloquei no Facebook

A história de José Albuquerque ilustra uma realidade dramática desenhada pelos dados da Avaliação Nacional do Rendimento Escolar, também conhecida como "Prova Brasil", com diretores e professores do quinto e do nono anos do ensino fundamental de todo o País. Foram aplicados 262.417 questionários. Entre os mestres que responderam, 51% afirmaram já ter presenciado agressões verbais ou físicas de alunos a professores ou funcionários da escola. No total, 22.692 professores (9%) relataram ter sido vítimas de ameaças feitas por alunos, e 4.714 deles (2%) sofreram atentados à própria vida.

Esses números só reforçam outros já divulgados em 2014, em uma pesquisa global feita com mais de 100 mil professores e diretores do se-

gundo ciclo do ensino fundamental brasileiro, que colocou o Brasil no topo de um ranking de violência em escolas. Na enquete realizada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), 12,5% dos professores ouvidos no Brasil disseram ser vítimas de agressões verbais ou de intimidação de alunos pelo menos uma vez por semana.

Trata-se do índice mais alto entre os 34 países pesquisados – a média entre eles é de 3,4%. Depois do Brasil, vêm a Estônia (11%) e a Austrália (9,7%). Na Coreia do Sul, na Malásia e na Romênia, o índice é zero. O estudo internacional sobre professores, ensino e aprendizagem (“Talis”, na sigla em inglês) também revelou que apenas um em cada dez professores (12,6%) no Brasil acredita que a profissão é valorizada pela sociedade. A média global é de 31%.

CAMINHOS PARA UMA RELAÇÃO DELICADA

Para a representante do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro (Sepe-RJ), Bárbara Sinedino, a constatação dos levantamentos não é surpresa. Ela lembra que, apesar de, “em tese”, o professor ser importante, ele é o profissional de nível superior que recebe o salário mais baixo em nosso País. “Essa desvalorização financeira acaba se reproduzindo em outras esferas. Quando fazemos um protesto pedindo melhores remunerações e somos reprimidos ou agredidos pelos policiais, que trabalham para o governo, isso reforça uma postura de que o professor pode apanhar. Isso que vem lá de cima, do governo, acaba refletindo na base, na relação com o estudante, que vê um professor sem força e cansado”, analisa.

A autoridade do professor em sala de aula estaria sendo posta em xeque, então? Para a escritora e educadora social Janine Rodrigues, é preciso analisar com cuidado essa questão. Ela participou do projeto Inovação na Escola, desenvolvido pelo MEC, e é a idealizadora do Pirapo-

riando, que já realizou 368 oficinas gratuitas de leitura sobre intolerância e bullying para crianças no Rio e em outros sete Estados, chegando à Argentina. “Quando escuto alguém falar que tiraram o poder do professor, penso que até mesmo há 30 anos a imagem do docente não deveria ser associada à palavra ‘poder’. Isso cria uma distância, ocasiona um relacionamento baseado no medo e no desconhecimento. Tudo deve ter como base o afeto, tem que existir uma troca, a confiança um no outro”, diz.

Segundo a educadora social, embora a violência possa ser mais facilmente vista dentro da escola, sua raiz não está ali. “A criança ou adolescente acaba extravasando dentro de um ambiente escolar o que sofre porque sabe que ali, teoricamente, um adulto não poderá agredi-lo. Não se espera que um profissional levante a mão para um aluno. Já se esse mesmo aluno fizer isso na rua ou em casa, ele pode apanhar”, conclui.

Na opinião de Janine, a modernidade coloca a tecnologia como uma peça fundamental na educação, mas ela deve ser encarada como uma ferramenta. Diálogo é a saída para outras questões. “A primeira coisa a fazer para acabar com os conflitos é escutar esse professor, esse aluno e a família dele”, observa.

Mas apenas isso não é suficiente. Embora muitas escolas estejam fazendo quase um milagre para contornar a violência contra os profissionais de educação, Janine ressalta que chega uma hora em que a intervenção do Poder Público é necessária, e isso não tem acontecido. “Como o professor vai para a escola depois de apanhar de um aluno? E se ele estiver em uma área de risco? Vai atravessar o tiroteio para dar aula? Quais as suas garantias? Quem cuida do estado mental desse profissional?”, pergunta.

ALÉM DA SALA DE AULA

A coordenadora do Sepe-RJ, Dorotéia Frota, fala que o sindicato sempre tenta interagir com o Estado para que os professores ameaçados sejam pre-

ENTRE 34 PAÍSES PESQUISADOS EM ENQUETE DA OCDE, O BRASIL REGISTROU O ÍNDICE MAIS ALTO DE PROFESSORES QUE DISSERAM SER VÍTIMAS DE AGRESSÕES VERBAIS OU DE INTIMIDAÇÃO DE ALUNOS PELO MENOS UMA VEZ POR SEMANA



servados. “Quando acontece uma situação grave, em que ele corre risco de vida se voltar à escola, orientamos que seja feito um boletim de ocorrência, depois, uma licença, e começamos a negociar uma transferência para outro estabelecimento de ensino”, relata.

Para Janine, a solução está além de uma transferência. “Será que a gente olha para o aluno que agride da mesma forma que olhamos para o aluno que é agredido? Sinceramente, ambos os casos têm problemas. Precisamos começar a olhar para as causas da violência. Não adianta só a escola, não adianta só professor, somente a sociedade civil. A educação envolve um entendimento do coletivo, ou vai vencer todo mundo ou todos se darão muito mal”, observa Dorotéia.

A assistente social Vânia Dutra, que coordena a ONG Instituto Educacional Araújo Dutra, concorda que falta uma melhor avaliação do agressor. Seu trabalho é focado em tirar adolescentes do tráfico por meio da educação. “Muitos professores ainda não conseguem perceber o contexto de violência em que estamos inseridos. Muitas crianças têm de pular cadáver para chegar à escola. Como elas irão reagir diante disso tudo?”, questiona.

Vânia tem medo que a agressividade se desenvolva em uma espécie de corrente sem con-

da Maré (119 registros). As imediações da Avenida Brasil, na altura do bairro da Penha, com 128 registros, também chamam a atenção.

Das 1.537 escolas e creches municipais no Rio de Janeiro, onde, em 2017, estudaram 641.655 alunos, 381 ficaram fechadas um ou mais dias durante o primeiro semestre por causa de tiroteios ou em consequência deles, e 129.165 alunos (ou 20,12% do total) ficaram sem aulas por períodos que variaram entre um e 15 dias. “Percebemos que o impacto da violência armada nas áreas mais afetadas da cidade é enorme. Existem crianças com preocupações que não deveriam ter, lamenta Cecília Olliveira, gestora do aplicativo Fogo Cruzado. A análise aponta ainda que, em 2016, dos 200 dias do ano letivo, 157 tiveram escolas e creches fechadas (78,5%). Entre as 36 escolas mais afetadas no período analisado, a que mais vezes ficou fechada está na Cidade de Deus, paralisada por 15 dias. O maior número de instituições de ensino fechadas foi registrado no Complexo da Maré: 42 escolas e creches municipais.

OFICINAS DE PAZ

Luz no fim desse túnel sombrio, muitas iniciativas para diminuir a violência nas escolas procuraram contornar os conflitos por meio de oficinas de arte. O Ocupa Escola, projeto desenvolvido pela Casa da Arte de Educar em parceria com a Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, baseado em uma proposta do Núcleo de Arte e Educação do movimento Reage Artista, já envolveu mais de 147 mil beneficiados entre os anos de 2015 e 2016. Em cada colégio, uma equipe de articuladores culturais produz uma “ocupação artística” a cada 15 dias, focando as conhecidas “áreas de risco” do Rio de Janeiro, como Vila Aliança e Vila Kennedy, Vargem Pequena – conjunto dos Bandeirantes, Morro dos Prazeres em Santa Teresa, Favela da Maré e Morro dos Macacos.

&

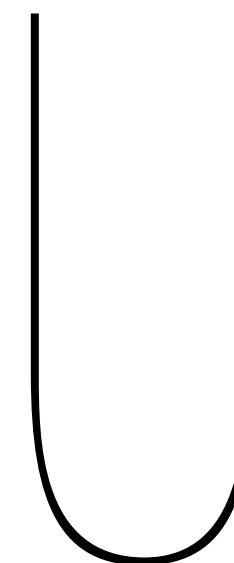


PLANETA PERDA

texto SILVIA KOCHEN

Um problema preocupa o mundo todo: a má utilização dos alimentos, resultante de perdas e desperdício. Segundo o departamento de Alimentação e Agricultura da Organização das Nações Unidas (FAO, da sigla em inglês “Food and Agriculture Organization”), 1,3 bilhão de toneladas de alimentos são perdidas ou desperdiçadas a cada ano no planeta. Isso representa cerca de 30% de toda a produção global. Situação dramática quando se leva em conta que 815 milhões de pessoas, 11% da população mundial, ainda passam fome no mundo.

No Brasil não é diferente. O País é um grande produtor e exportador de alimentos, pois produz mais do que consome, mas as perdas e desperdícios ainda são grandes, embora difíceis de quantificar. Segundo o representante da FAO no Brasil, Alan Bojanic, não há um estudo geral das perdas e do desperdício de alimentos no País porque o tamanho do território exigiria recursos imensos em pesquisa. “O que temos são estimativas”, que indicam que 28% dos alimentos produzidos no Brasil não são consumidos.



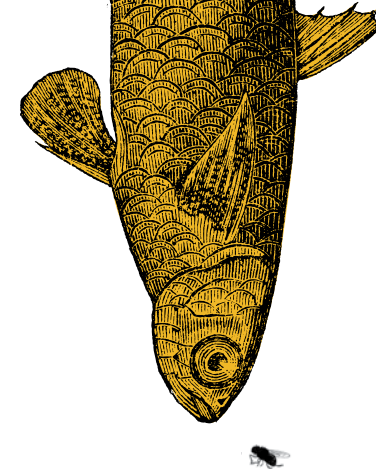
Bojanic explica que a perda ocorre na esfera da produção e distribuição – quando, por exemplo, uma colheitadeira deixa cair grãos no chão, que acabam não sendo destinados ao consumo, ou quando o transporte em condições inadequadas estraga parte da carga de alimentos. Já o desperdício acontece por atitudes do consumidor, que compra muito além de suas necessidades, por exemplo, e deixa que parte dos alimentos estrague e acabe por ser descartada.

A FAO observa que o índice de perda e desperdício de alimentos varia muito conforme a categoria. As mais vulneráveis são as frutas e hortaliças, pois quase metade desses alimentos (45%) não é aproveitada. Raízes e tubérculos, como batatas e rabanetes, também deixam de ser aproveitados na mesma proporção. O desperdício de cereais também é considerável, cerca de 30%, mesma taxa estimada para as perdas de pescados. Produtos como oleaginosas, legumes, carnes e derivados de leite têm uma taxa de inutilização de 20%.

AÇÕES GLOBAIS

A redução das perdas e desperdícios de alimentos pela metade até 2030 está entre as várias metas da agenda de Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), elaborada pela Cúpula sobre Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas em 2015. As perdas e desperdício de alimentos constituem um problema que se traduz em grandes impactos para a população e os recursos naturais do planeta. A necessidade de produzir mais para compensar o que se perde exige mais água, insumo e combustíveis, intensificando as mudanças climáticas, além de reduzir a receita dos produtores, onerando consumidores.

Em 2016, a Comunidade Europeia criou uma plataforma sobre desperdício, que visa a coordenar várias ações locais. É o caso da Espanha, por exemplo, que criou em 2013 o programa Mais Alimento, Menos Desperdício. No mesmo ano, a França adotou um projeto semelhante. Como nesses países o principal problema é a atitude do consumidor, que rejeita hortaliças de aparência menos atraente, há uma grande ênfase em conscientizar consumidores sobre o valor nutricional dos alimentos “feios”.



REDUÇÃO DAS PERDAS E DESPERDÍCIOS DE ALIMENTOS PELA METADE ATÉ 2030 É UMA DAS METAS DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) DA ONU

REALIDADE BRASILEIRA

O Brasil também participa desse esforço global mediante diferentes ações. Um exemplo é a iniciativa Sem Desperdício, lançada em 2016 pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), em parceria com a FAO e a WWF Brasil. Além de passar informações aos consumidores sobre conservação de alimentos e dicas no site www.semdesperdicio.org e na página do Facebook Sem Desperdício Brasil, a iniciativa aborda tecnologias nacionais de redução de perdas pós-colheita, como embalagens anatômicas para frutas.

Em outubro de 2017, também foi realizado um seminário com mais de 40 instituições ligadas a produção e distribuição de produtos agroalimentares com o objetivo de engajar o setor privado na iniciativa. Um exemplo é a prática adotada por alguns supermercados, de oferecer verduras fora do padrão estético, mas igualmente nutritivas, por um preço menor para evitar o descarte.

O pesquisador da Embrapa e coordenador do projeto Sem Desperdício, Gustavo Porpino, diz que a realidade nacional é peculiar. Normalmente, as perdas na produção agrícola se concentram em países com pouco desenvolvimento econômico, e o desperdício mais localizado em nações desenvolvidas. Ele analisa que as deficiências logísticas e de estoque, associadas aos hábitos de consumo, são os responsáveis pelos números elevados dos dois problemas.

O pesquisador, que abordou o desperdício de alimentos em famílias de classe média baixa em sua tese de doutorado,

afirma que “os hábitos de compra, estoque e preparo dos alimentos da classe média baixa contribuem para o desperdício, pois, em seu contexto, o alimento sinaliza riqueza, e os laços sociais fortes nas comunidades são reforçados pelo preparo de refeições fartas sempre que possível”. Como a cultura latina valoriza a fartura à mesa, há o hábito de cozinhar porções generosas, mesmo em tempos de crise. Além disso, as sobras usualmente são desprezadas, em vez de reaproveitadas, pois costumam ser vistas como alimentos de qualidade inferior.

Porpino acredita que é preciso promover amplos programas de educação nutricional para combater o desperdício, além de ações articuladas, como bancos de alimentos e revisão da legislação sobre o aproveitamento de mantimentos. “Temos 29 projetos de lei que buscam combater o desperdício alimentar tramitando no Congresso, alguns deles há mais de 20 anos”, diz. Ele esclarece que são projetos que fomentam a doação de excedentes alimentares em vários aspectos, como a isenção tributária para alimentos doados.

BANCOS DE ALIMENTOS

Ainda pouco conhecidos no Brasil, mas de importância reconhecida pela FAO e muito presentes em vários países do mundo, os bancos de alimentos podem contribuir muito para o melhor aproveitamento dos recursos naturais. Eles aprimoram os processos de captação e distribuição de alimentos doados para reduzir perdas e desperdícios. A Rede Brasileira de Bancos de Alimentos, que conta com o apoio da

Embrapa, contabiliza 228 desses bancos (107 públicos e 111 privados).

O Mesa Brasil Sesc é um banco de alimentos de abrangência nacional. “Unimos duas pontas de um processo: quem quer doar e quem precisa das doações”, explica a diretora da área de Saúde e Lazer do Departamento Nacional do Sesc, Janaína Pochapski. Criado em 1994, em São Paulo, com o propósito de recolher excedentes ou alimentos fora dos padrões de venda para entidades assistenciais, o projeto cresceu e hoje é uma rede nacional com 90 unidades em funcionamento, presente em todas as capitais brasileiras.

Definido como um programa de segurança alimentar e nutricional que promove ações educativas e de distribuição de excedentes ou hortaliças fora dos padrões de comercialização, o Mesa Brasil Sesc distribuiu 40 mil toneladas de alimentos apenas em 2017, sendo 70% desse total produtos *in natura*. Esse processo mobilizou 652 voluntários, mais de 3 mil empresas parceiras (doadoras) e cerca de 6 mil entidades assistidas (receptoras).

A operação da rede é bastante complexa. Cada unidade funciona de forma autônoma, com recursos próprios. O programa nacional compila os dados de arrecadação e articula doa-

dores, além de capacitar os agentes que operam o processo. Janaína explica que o Sesc, com sua *expertise* social, mobiliza doadores e treina as instituições para promover o aproveitamento total dos alimentos. Isso acontece com oficinas que ensinam, por exemplo, como cortar os alimentos de modo a aproveitar partes que normalmente são descartadas. A rede participa ainda da elaboração de políticas públicas para o setor junto com órgãos como o Ministério do Desenvolvimento e a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

A nutricionista Natália Rodrigues, da organização não governamental Banco de Alimentos, descreve a correria diária que é recolher uma média mensal de 50 toneladas de alimentos e distribuir para 45 instituições que atendem aproximadamente 20 mil pessoas carentes na região metropolitana de São Paulo. Após levantamento dos doadores fixos e esporádicos que têm ofertas para aquele dia, é feito um roteiro para recolher os produtos e entregá-los ainda no mesmo dia, já que a maior parte das doações constitui alimentos *in natura*, alguns com prazo de validade próximo ao vencimento. Uma logística é complicada para uma equipe reduzida: dois nutricionistas para treinar o pessoal que prepara os alimentos nas instituições assistidas e orientar as doações, e dois carros de coleta e entrega, cada um com um motorista e um ajudante.

Natália explica que apenas alimentos *in natura* ou processados podem ser recolhidos. Ela contesta a crítica frequente na sociedade que impede que restaurantes doem suas sobras. “A legislação brasileira não permite a coleta de alimentos preparados, pois a partir do momento em que ele é exposto, está sujeito a microorganismos e se torna impróprio para o consumo em um curto espaço de tempo.” Entre os doadores fixos estão supermercados, produtores e lojas, que reduzirão seus custos com descarte de excedentes. Mas há também doadores esporádicos, como grandes eventos que geram sobras igualmente grandes.

&



L

LUZ E SOMBRA
SOBRE 2018

O Brasil não tem a vida toda para errar. Mas as confusões políticas fazem um festim com nosso futuro. Não é muito claro o alvo, ou a qualidade da munição usada por muitos personagens que andam dominando a cena. Entretanto, o barulho tem sido permanente. Tão alto e errático que, além de impedir o País de comemorar a menor inflação em quase 20 anos, faz parecer normal a má notícia de que o mundo desconfia do nosso crédito para receber investimento. Sina do governo transitório: ninguém consegue ser alegre e preocupado ao mesmo tempo.

A confiança que não se recupera paralisa o investimento. Sem um projeto de longo prazo para a Nação, altamente fragmentada em correntes políticas fisiológicas, ideologicamente anacrônicas e tecnologicamente desaparelhadas para entender o mundo moderno, o sistema político é um freio para a economia e a sociedade.

Impedida pelo sistema de comando e controle estatal de ter autonomia para a autogestão e o autofinanciamento, a sociedade, a riqueza privada, a inteligência criativa, a ousadia empresarial, as iniciativas comunitárias são sufocadas pelo poder político e seus fiscais. A vida pública está congelada na fase anterior da vida do País quando, usando o BNDES, o governo produzia um bilionário-futuro prisioneiro em um único ato. Não é possível que a maioria não consiga perceber, de uma forma diferente e crítica, o que se acostumou a ver. A transgressão só ganha velocidade quando é feita também pela autoridade.

Os polos de poder fazem suas próprias leis para organizar e controlar seu setor. A ideia de que é fácil, rápido e irresponsável ficar rico dominou o País nos últimos 15 anos. A virtude do trabalho e a razão econômica se desmaterializaram. As razões intelectual e científica, a produção industrial e a circulação do comércio

deixaram de ser um poder. Vivemos a maior desindustrialização de nossa história. A educação é um engodo. Os poderes político e estatal, via burocracia e corrupção, expropriaram o poder econômico e o enfrentam como um concorrente. A democracia representativa, como equilíbrio e distribuição de poder, está desaparecendo dominada por clãs e tribos.

Há uma nova ordem no ar, a do desafeto, do egoísmo corporativo, da riqueza instantânea, da violência e do crime. O Estado não vê a hora de o cidadão errar para chicoteá-lo com mais uma lei errada. E, assim, muitos estão certos de que para aumentar a eficiência do seu poder é melhor se virar sozinho, formar um gueto, exigir direitos e virar as costas ao problema de todos. Continuando assim, apoiando políticos por devoção, petulância ou esperteza, o Brasil não conseguirá controlar o seu destino.

E é neste instante infecundo que vamos para as eleições presidenciais.

Com a cabeça cheia de fumaça, sem saber onde colocar tanta liberdade que o fez a mais protegida flor da estação por quase 40 anos, foi, enfim, confirmada a condenação de Lula. Tentando atenuar sua culpa com crítica aos juizes que a apuraram, sabe que perdeu a montaria e levou o petismo ao chão. Os extremos perdem força sem a tensão irracional que a polarização populista – tolerada no Brasil à esquerda e à direita – provoca na disputa.

O campo está aberto para a composição mais serena e pragmática que não queira fazer do governo Temer o centro da polêmica sobre as dificuldades do Brasil. Para voltarmos a considerar a realidade e crescer sem improvisação, o Brasil precisa dar um basta nos esfoladores do bom senso. Começando pelos candidatos demagogos, que acham tudo fácil, acostumados a expressar o que está morto em seu coração.

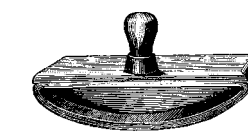
&



PAULO DELGADO

é copresidente do Conselho de Economia, Sociologia e Política da FecomercioSP

B



texto FILIPE LOPES
foto CHRISTIAN PARENTE

País nada
pacífico

Um apanhado de fotos do início do século 20 sobre conflitos, revoltas e diversos episódios de confronto envolvendo o Estado brasileiro presentes no acervo do Instituto Moreira Sales (IMS) despertou um amplo trabalho de pesquisa e resgate da história nacional. O estudo acabou dando origem a uma exposição da identidade do País. Com curadoria de Heloisa Espada, coordenadora de artes visuais do IMS, *Conflitos: fotografia e violência política no Brasil 1889-1964* reúne imagens de 30 coleções particulares e públicas, além de fotografias do IMS.

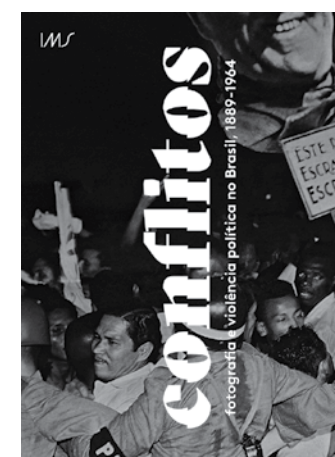
Alguns dos fatos retratados são a Revolução Federalista (1893-1894), a Guerra de Canudos (1896-1897), a Revolução de 1930, motins populares na ocasião do suicídio de Getúlio Vargas e episódios violentos que ocorreram durante os primeiros dias do golpe de 1964.

Segundo a curadora, o intuito de desvendar um Brasil pouco conhecido do grande público e desmistificar a imagem pura de nação pacífica motivou a mostra. “Foi um ano e meio

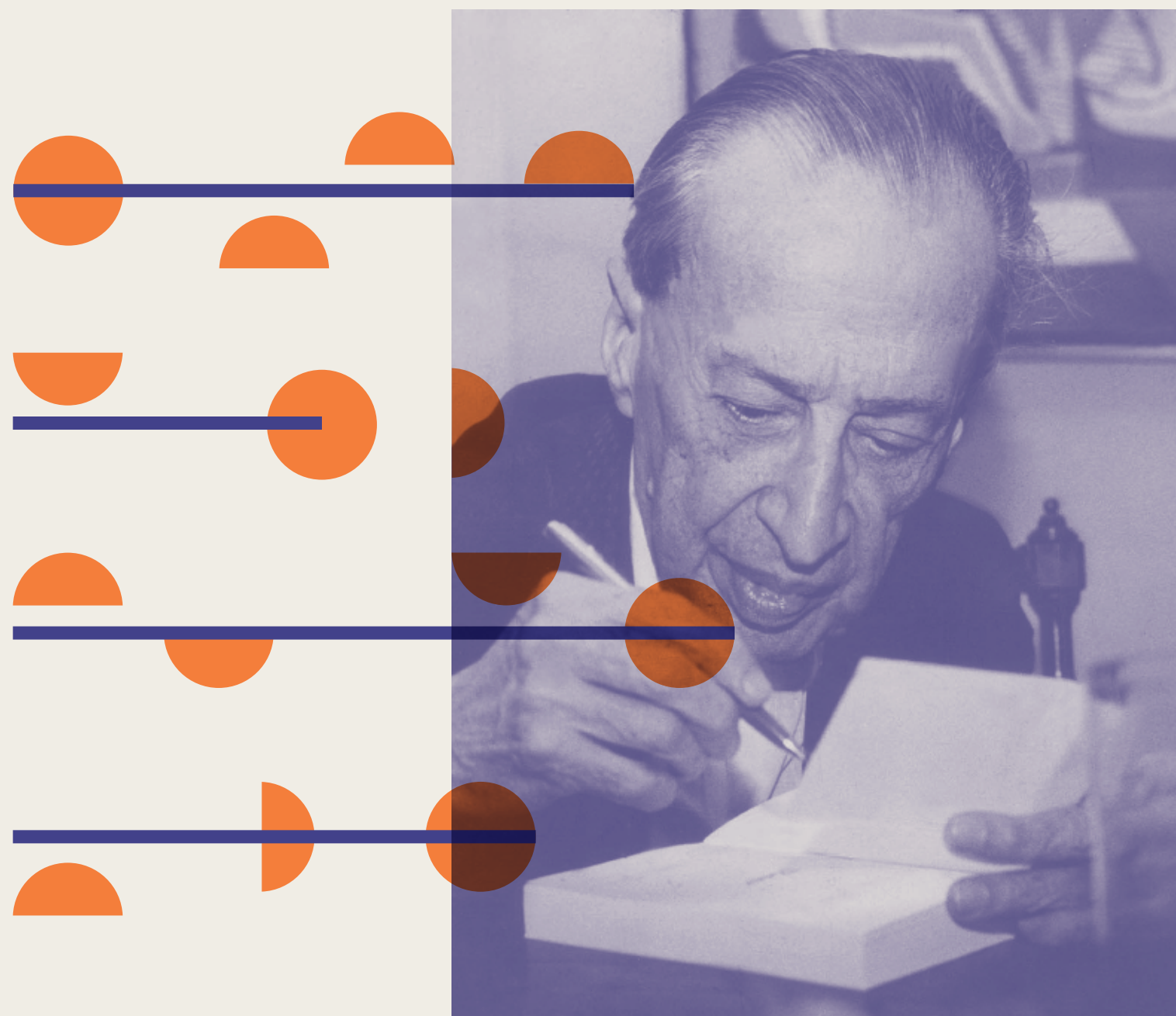
de pesquisas, que nos revelou que o País sempre foi violento, onde as disputas políticas, que sempre culminaram em golpes, deram-se pelo uso da violência e não do diálogo”, aponta Heloisa. O material também mostra a impressão de fotógrafos e jornalistas das épocas abordadas no recorte histórico, sendo possível perceber a evolução tecnológica dos equipamentos fotográficos utilizados.

“A intenção do catálogo é fazê-lo chegar a cantos do Brasil nos quais a exposição não estará presente. E também queremos despertar a curiosidade de historiadores para pesquisar mais sobre cada episódio da história nacional, presentes nas fotos, que rendem centenas de registros sobre o comportamento da população e das autoridades”, analisa a curadora.

&



A exposição “Conflitos”, gratuita para visitação, está em cartaz no IMS do Rio de Janeiro desde 2017 e a partir de 8 de maio estreia no instituto em São Paulo.



Folhapress

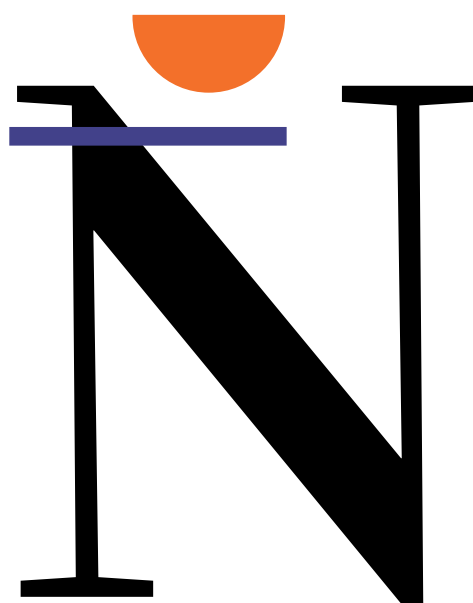
OS POETAS MODERNISTAS

MANUEL BANDEIRA E

Há 50 anos, o poeta que libertou o lirismo brasileiro do jugo da rima e da métrica e abriu caminho para os modernistas de sua geração (Mário e Oswald de Andrade) e da seguinte (Carlos Drummond de Andrade e João Cabral de Melo Neto), seguiu o rumo anunciado em seu mais famoso poema:

“Vou-me embora pra Pasárgada
Lá sou amigo do rei
Lá tenho a mulher que eu quero
Na cama que escolherei”.

texto HERBERT CARVALHO



Nascido no Recife (PE) em 1886, Manuel Carneiro de Souza Bandeira Filho procurou exorcizar as agruras terrenas por meio da “versalhada sentimentalona”, como definia a própria obra marcada pela tragédia da tuberculose, descoberta aos 18 anos e que ameaçava fazer de cada dia de sua vida o último.

Ao fim e ao cabo, Manuel Bandeira morreu em 1968 de hemorragia gástrica, aos 82 anos, após ter enganado por décadas o bacilo de Koch com a música de Carlos Gardel, como se infere do diálogo travado com o médico no poema “Pneumotórax”, autobiográfico como quase todos de sua lavra:

— O senhor tem uma escavação no pulmão esquerdo e o pulmão direito infiltrado.

— Então, doutor, não é possível tentar o pneumotórax?

— Não. A única coisa a fazer é tocar um tango argentino.

Neto e sobrinho de importantes advogados e políticos pernambucanos, era filho do engenheiro Manuel Carneiro de Souza Bandeira, funcionário do Ministério da Viação, circunstância que em 1890 levou a família do Recife para o Rio de Janeiro. Na então capital federal, Bandeira estudou no Externato do Ginásio Nacional (posterior Colégio Pedro II) e teve contato com a poesia de Camões e dos parnasianos franceses, como Baudelaire, Verlaine e Mallarmé.

Quando o pai se transferiu para São Paulo, em 1902, a fim de trabalhar na Estrada de Ferro Sorocabana, matriculou-se na Escola Politécnica para se formar arquiteto, projeto abandonado dois anos depois, em razão da doença pulmonar que o acometia.

Desistiu dos estudos, iniciou uma busca por climas serranos e se refugiou da angústia nos

versos que começa a escrever com regularidade a partir de 1910, ano em que participou de um concurso da Academia Brasileira de Letras (ABL) para o melhor poema em versos livres. Apesar de ignorado pela comissão julgadora, insistiu nesse estilo, sob a influência de Guilherme Apollinaire.

Em 1913, embarcou para a Europa com o objetivo de se tratar em Clavadel, perto de Davos, Suíça. Na *Montanha mágica* descrita por Thomas Mann, conviveu com o companheiro de sanatório Paul Eugene Grindel, que se tornaria o poeta da liberdade sob o pseudônimo de Paul Éluard. Ali pensou pela primeira vez em publicar um livro de poesias e chegou a mandar para um editor de Coimbra, em Portugal, o que seriam os seus *Poemetos melancólicos*. Nunca obteve resposta, e os originais se perderam.

A eclosão da Primeira Guerra Mundial o devolveu ao Rio de Janeiro, onde, em 1917, ainda envolto em pesada atmosfera de melancolia, apareceu seu primeiro livro, com 50 poesias por ele escolhidas entre tudo o que já tinha produzido até então. *A cinza das horas*, em diminuta tiragem de apenas 200 exemplares custeados pelo próprio autor – o que se repetiria nas obras seguintes, até que sua fama como poeta despertasse o interesse das editoras comerciais –, trazia poemas marcados pelas estéticas parnasiana e simbolista, mas que introduziam os temas trabalhados ao longo de toda a sua carreira literária: a infância, a doença, o cotidiano, a solidão e a morte.

Em *Desencanto*, ele advertiu de início: “Eu faço versos como quem chora/De desalento... De desencanto... /Fecha o meu livro, se por agora/Não tens motivo nenhum de pranto”. A conclusão talvez justifique a severa autocrítica de Bandeira para com o que ele mesmo classificou como “queixa de um doente desenganado”: “E nestes versos de angústia rouca/Assim dos lábios a vida corre/Deixando um acre sabor na boca/Eu faço versos como quem morre”.



Manuel Bandeira (à dir.)
ao lado de Sérgio Buarque
de Holanda e Maria Amélia
Buarque de Holanda

“Pasárgada é toda a vida que poderia ter sido e que não foi.”

ITINERÁRIO DE PASÁRGADA

Carnaval, o segundo livro, com apenas 33 poemas “sem unidade”, como admitiu o próprio autor, esboçou, em 1919, a saída do baixo-astrol da estreia e construiu a ponte que colocaria Manuel Bandeira na vanguarda da revolução modernista como o “São João Batista da nova poesia”. O poeta Guilherme de Almeida foi quem primeiro assinou a obra e a revelou aos companheiros modernistas. Nela figurava a sátira aos parnasianos intitulada “Os sapos”, que seria lida em meio a vaías e apupos da plateia no Teatro Municipal de São Paulo, durante a Semana de Arte Moderna de 1922.

Embora sem participar pessoalmente da Semana, nesse mesmo ano foi a São Paulo e travou com Mário de Andrade (1893-1945) uma amizade que produziria estreita colaboração no movimento modernista e extensa troca de cartas entre ambos, de 1922 a 1944, ano de véspera da morte do autor de *Macunaima*. Essa correspondência, reunida em livro publicado em 2001, aborda questões como a língua portuguesa falada no Brasil e a formação da identidade nacional por meio da literatura, das artes plásticas e da música.

Durante a década de 1920, já sem a retaguarda financeira paterna, escreveu críticas musicais e crônicas para jornais e viajou pelo País como fiscal de bancas examinadoras de preparatórios. Em 1924 surgiu *O ritmo dissoluto*, com 24 poemas e uma presença maior do verso livre, caracterizando o que Bandeira identificava como transição entre dois momentos de sua poesia. Em *Itinerário de Pasárgada*, original autobiografia estritamente literária, ele afirma ter feito, do ponto de vista da forma, uma “afinação poética” tanto nos versos livres como nos metrificados e rimados. Quanto ao conteúdo, poemas como “Berimbau” (“A Amazônia que não vi”) e “Noite morta” (“Um dos meus prediletos em toda a minha obra”) lhe permitem atingir a “completa liberdade de movimentos”.

Uma liberdade da qual confessou abusar no livro seguinte, por isso mesmo intitulado *Libertinagem*, publicado em 1930. Um ano divisor de águas para o Brasil – com a chegada de Getúlio Vargas ao poder – e para o poeta, que adverte em “Poética”: “Estou farto do lirismo comedido/do lirismo bem-comportado/Do lirismo funcionário público com livro de ponto expediente protocolo e manifestações de apreço ao Sr. Diretor/Estou farto do lirismo que para e vai averiguar no dicionário o cunho de um vocábulo/Abaixo os puristas”.

Nesse livro de plena maturidade, que faz a ironia aflorar em poemas como “Pneumotórax”, aparece “Vou-me embora pra Pasárgada”, nome de uma cidade fundada por Ciro, na antiga Pérsia, que ficou na memória do estudante Bandeira desde seus tempos de ginásio. Mais de 20 anos depois, num momento de profundo desânimo, surgiu o grito de evasão, que ele explicou assim: “O quase inválido que eu era ainda em 1926 imaginava em Pasárgada o exercício de todas as atividades que a doença me impedia, como ginástica e banhos de mar. Pasárgada é toda a vida que poderia ter sido e que não foi”.

É também uma imagem do próprio Brasil, país cujas potencialidades são eternamente



Eder Chioldetto/Folhapress

O poeta João Cabral de Melo Neto em seu apartamento no bairro do Flamengo, no Rio de Janeiro

colocadas no futuro, local mágico de um sonho coletivo sempre frustrado pelo destino perverso.

Libertinagem, dessa forma, tornou-se um dos mais importantes livros da poesia brasileira e fez deslanchar a vida e a carreira literária de Manuel Bandeira. Em 1935, foi nomeado inspetor de ensino secundário pelo então ministro da Educação e Saúde Pública Gustavo Capanema, que tinha como chefe de gabinete outro poeta, o mineiro Carlos Drummond de Andrade.

No ano seguinte, por ocasião de seu cinquentenário, seus amigos fazem editar o livro *Homenagem a Manuel Bandeira*, com poemas, estudos críticos, comentários e impressões sobre o poeta. Em 1940, tomou posse na Academia Brasileira de Letras e lançou um volume de *Poesias completas*, que trazia como acréscimo poemas intitulados de “Lira dos Cinquent’Anos”. Entre as décadas de 1930 e 1960, surgiram ainda vários livros com novos poemas, como “Estrela da manhã” e “Estrela da tarde”. Este último, de 1966, registrou sua incursão pela poesia concreta.

Umbilicalmente ligado à música e aos músicos, escreveu seu “Carnaval” inspirado na “Opus 9” de Schumann, e poemas como “Debussy” e “Mozart no céu”, além de ter mantido estreita colaboração e parceria com os principais compositores eruditos brasileiros seus contemporâneos.

Para seu grande amigo Jaime Ovalle, escreveu a célebre canção “Azulão”, letra também musicada por Camargo Guarnieri e Radamés Gnattali. Poemas de fundo popular, como “Berimbau”, “Trem de Ferro” e “Cantiga”, foram musicados por Francisco Mignone, Vieira Brandão e Lorenzo Fernandez, respectivamente. Finalmente, para Heitor Villa-Lobos, concebeu, entre muitas outras, a letra de um trecho da “Bachiana n.º 5”, no qual se ouve: “Irerê, meu passarinho/Do sertão do Cariri...”.

LITERATURA E POLÍTICA

Algumas dessas letras e os jogos onomásticos, nos quais brinca com os nomes de amigos, foram publicadas em livro artesanal com apenas 110 exemplares de tiragem, impressos em Barcelona, na Espanha. O título *Mafuá do malungo* e a circunstância da impressão requerem explicação, pois envolveram, em lados diferentes do Oceano Atlântico, o trabalho de dois poetas, que eram não apenas brasileiros, mas também pernambucanos e, ainda por cima, primos: Manuel Bandeira, autor dos versos, e João Cabral de Melo Neto (1920-1999), poeta e diplomata que cultivava a arte tipográfica como hobby manual. Enquanto “mafua” são feiras populares de divertimento, “malungo” é um africanismo que designava escravos trazidos pelo mesmo navio, significando também “companheiro” ou “camarada”.

Expoente da chamada “geração de 45”, na fase final do Modernismo, caracterizada por um retorno ao rigor formal, João Cabral é considerado por escritores, como o moçambicano Mia Couto, o maior poeta de língua portuguesa. Membro da ABL em 1969, recebeu inúmeros prêmios literários e chegou a ser cogitado, pouco antes de morrer, para o Prêmio Nobel de Literatura.

Ao contrário de Bandeira, seus poemas são avessos a confessionalismos. Pouco fala de si mesmo e muito de coisas sólidas: cana, pedra, osso, dente; e objetos cortantes, como faca, foice, lâmina e navalha, são palavras sistematicamente usadas em sua poesia, que pode causar estranhamento a quem espera emotividade.

Seu trabalho é cerebral, destinado a construir como faz em “O engenheiro”, não por acaso título de seu segundo livro de poesias. Transmite sensações táteis: no poema “Uma faca só lâmina”, a sensação de vazio que a facada deixa na carne contrasta com a própria faca que corta. Emblemática também é a primeira estrofe de “O cão sem plumas”: “A cidade é passada pelo rio/

Como uma rua/É passada por um cachorro; uma fruta/Por uma espada”.

Outra característica são os caracteres social e regional de sua obra. Em “Tecendo a manhã”, ele adverte: “Um galo sozinho não tece uma manhã: ele precisará sempre de outros galos”. Desse verso, surgiu o Galo da Madrugada, maior bloco do carnaval pernambucano.

Sua obra mais engajada – *Morte e vida severina* – se tornou também a mais conhecida, por ter sido musicada por Chico Buarque de Holanda em 1966, transformando-se num hino pela reforma agrária. Narra a trajetória de um retirante, transpondo para a poesia o que Graciliano Ramos havia feito em prosa na epopeia de *Vidas secas*. Para transmitir a dureza da realidade nordestina, que conhecia bem por ter passado a infância em engenhos de açúcar, João Cabral recupera a tradição dos autos medievais, fazendo usos da redondilha, do ritmo e da musicalidade.

Na década de 1950, em plena histeria anticomunista da Guerra Fria, chegou a ser afastado do Itamaraty sob a acusação inverídica de ser membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB), então na ilegalidade. Teve de recorrer aos tribunais para ser reintegrado.

O poeta Carlos Drummond de Andrade em 1982



Folhapress

Comunista mesmo e de carteirinha, ainda que por pouco tempo, foi o mineiro Carlos Drummond de Andrade (1902-1987), que, em 1945, aceitou o convite de Luís Carlos Prestes, secretário-geral do PCB, para dirigir a *Tribuna Popular*, jornal do partido. No mesmo ano, publicou *A Rosa do povo*, que o colocou, perante a crítica, como o mais revolucionário dos poetas brasileiros desde Castro Alves. Nesse livro, ao lado de poemas em que destaca o papel da URSS na vitória contra o nazismo (“Carta a Stalingrado” e “Telegrama de Moscou”), publicou “A flor e a náusea” e “Morte do leiteiro”, exemplos de um lirismo de cunhos social e político, que já se manifestaram antes no célebre verso em que pergunta: “E agora, José?”

Dessa fase, o poema “Nosso tempo” anuncia que “este é um tempo de partido, tempo de homens partidos”, e, a seguir, dispara: “O poeta declina de toda a responsabilidade na marcha do mundo capitalista”. Logo ele romperia, porém, com o PCB, explicando seu posicionamento filosófico: “Do pescoço para baixo sou marxista, mas do pescoço para cima sou espiritualista e creio em Deus”.

Autor de portentosa obra com mais de 30 títulos publicados entre uma maioria de poesia e alguma prosa, Drummond se filiou inequivocamente ao Modernismo, mas em uma vertente mais objetiva. Seu primeiro livro, *Alguma poesia*, foi dedicado a Mário de Andrade e trouxe uma miniatura intitulada “Política literária”, inspirada nas ironias de Manuel Bandeira, a quem os versos são dedicados: “O poeta municipal/discute com o poeta estadual/qual deles é capaz de bater o poeta federal. Enquanto isso o poeta federal tira ouro do nariz”. O volume abre com esta apresentação: “Quando nasci, um anjo torto/Desses que vive na sombra/Disse: Vai, Carlos! Ser *gauche* na vida”.

O também poeta Affonso Romano de Sant’Ana enxergou uma evolução dialética na poesia de Drummond, que começou pela ironia, avançou pelo social e atingiu a metafísica no livro *Claro enigma*. Ao fim de sua vida e carreira envereda pelo erotismo e deixa um livro póstumo de poesias, *O amor natural*, que resvala sem pudores para a pornografia no uso de palavras como “clitóris”, “vagina”, “pênis” e “ânus” para descrever cenas eróticas. Aos censores de plantão, diria Manuel Bandeira, com toda a atualidade: “Não quero saber do lirismo que não é libertação”.

&

EXEMPLO PARA NINGUÉM

texto FILIPE LOPES

Presidente Sarney (MA), a 200 quilômetros de São Luís, é o retrato vivo da ineficiência do Poder Público. Com quase 200 mil habitantes, o município maranhense foi eleito o pior entre os 5.565 existentes no Brasil, no Índice de Bem-Estar Urbano (Ibeu), estudo realizado pelo Observatório das Metrôpoles, vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 2016.

A cidade no interior maranhense não tem redes de esgoto nem de abastecimento de água potável regular, o que obriga a população a construir fossas sépticas e poço artesianos.

Como está localizado em uma região alagadiça, no período de chuvas o município tem as ruas de terra cobertas por água e esgoto, expondo a população a doenças.

A coleta de resíduos e a pavimentação das ruas também são problemas graves. Uma equipe contratada pela prefeitura realiza o serviço irregularmente, gerando acúmulo. Quando recolhido, todo o lixo é despejado às margens do Rio Pimenta. Os abusos políticos não perdoam nem o nome da cidade, que homenageia o ex-presidente José Sarney em vida, algo proibido pela Constituição Federal.

Cidade de Presidente Sarney (MA), a 200 quilômetros de São Luís, está em último lugar no Índice de Bem-Estar Urbano (Ibeu)



Eduardo Anizelli/Folhapress

UM BOM DEBATE PODE REFORÇAR OS SEUS ARGUMENTOS DE VENDA.

A **PROBLEMAS BRASILEIROS** É UMA REVISTA COM PROJETO EDITORIAL ARROJADO QUE LANÇA UM OLHAR PROFUNDO SOBRE POLÍTICA, ECONOMIA, EDUCAÇÃO, SAÚDE, SOCIEDADE, MEIO AMBIENTE, CULTURA, HISTÓRIA E INOVAÇÃO, além de reunir entrevistas com acadêmicos, empreendedores e especialistas de diversas áreas.

Em circulação desde 1963, conta com 15,5 mil exemplares bimestrais que impactam empresários, comunicadores, educadores, estudantes e leitores das principais bancas e livrarias que valorizam o debate de questões essenciais para o País. Ou seja, um público altamente qualificado para você falar sobre o seu produto.

ANUNCIE!

FALE COM A LEMÍDIA

TEL.: (11) 3078.5840

ATENDIMENTO@LEMIDIA.COM

MINISTÉRIO DA CULTURA
APRESENTA

REYNALDO
GIANECCHINI

RICARDO
TOZZI

DE RAJIV
JOSEPH OS
GUARDAS
DO TAJ

O QUE REALMENTE IMPORTA?

ATÉ 25 MARÇO

SEX e SÁB 21H
DOM 18H

SAIBA MAIS:
MORENTEFORTE.COM.BR

VENDAS:

**COMPRE
INGRESSOS**

FECOMERCIO SP

TEATRO RAUL CORTEZ

Rua Dr. Plínio Barreto, 285
Bela Vista

12

DIREÇÃO
RAFAEL PRIMOT
JOÃO FONSECA



PATROCÍNIO



APOIO
CULTURAL



PROMOÇÃO



REALIZAÇÃO

MORENTE FORTE
PRODUÇÕES TEATRAIS

MINISTÉRIO DA
CULTURA

